

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARINELI FERNANDES

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O trabalho profissional sob a ótica dos
usuários do Educandário Santa Catarina.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 20/07/07

FLORIANÓPOLIS
2007/1


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

MARINELI FERNANDES

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O trabalho profissional sob a ótica dos
usuários do Educandário Santa Catarina.

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, Centro Sócio
Econômico, Departamento de Serviço
Social, Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora: Professora Msc. Vanessa
Juliana da Silva Santos

FLORIANÓPOLIS
2007/1

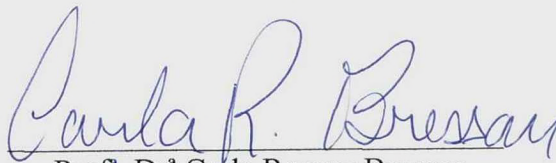
MARINELI FERNANDES

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O trabalho profissional sob a ótica dos usuários do Educandário Santa Catarina.

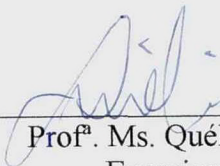
Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof^ª. Ms. Vanessa Juliana da Silva Santos
Orientadora



Prof^ª. Dr^ª. Carla Rosane Bressan
Examinadora



Prof^ª. Ms. Quéli Anschau
Examinadora

Florianópolis, julho de 2007.

"O homem de sucesso é o que viveu bem, riu muitas vezes e amou bastante; que conquistou o respeito dos homens inteligentes e o amor das crianças; que galgou uma posição respeitada e cumpriu suas tarefas; que deixou este mundo melhor do que encontrou, ao contribuir com uma flor mais bonita, um poema perfeito ou uma alma resgatada; que jamais deixou de apreciar a beleza do mundo ou falhou em expressá-la; que buscou o melhor nos outros e deu o melhor de si."

Robert Louis Stevenson

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que fizeram parte desta caminhada e que, de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus colegas de curso, que compartilharam momentos de reflexão e aprendizado, conquistas e descobertas. À amiga Cintia, pois nestes últimos semestres estivemos mais próximas dividindo angústias e “desesperos”, muitas vezes achamos que não iríamos conseguir. Mas vencemos. Obrigada!!!

Aos mestres, que ao longo deste processo socializaram e compartilharam muitos saberes. Agradeço em especial à Professora Vanessa, que embora durante o curso não tenhamos nos encontrado, tive a satisfação de conhecê-la agora, nesta etapa tão importante. Você também é responsável por esta conquista. Obrigada!!!

A toda a equipe do Educandário Santa Catarina, que durante o período em que convivi com os profissionais que lá trabalham, fui acolhida com muito carinho por todos. Em especial à Rejane, Assistente Social, que contribuiu muito com a minha formação profissional. Vou lembrar sempre de vocês!!!

Aos familiares, que durante este tempo puderam compreender todas as dificuldades e com muito carinho me ajudaram nessa conquista. Amo vocês!!!

Em especial agradeço a uma pessoa que hoje não está mais entre nós, mas que sempre foi incentivadora do meu crescimento pessoal e profissional. Sei que agora ela deve estar muito orgulhosa e feliz por mim. Déda, eternas saudades!!!

A Deus, que nos momentos que achei que não tinha mais como continuar, me deu força e paciência para superar mais este desafio.

Obrigada a todos!!!

RESUMO

O Educandário Santa Catarina, localizado no bairro Roçado, município de São José (SC), atende crianças de 0 a 6 anos de idade, em período integral. No total, são 480 crianças, compreendendo 408 famílias provenientes dos municípios da Grande Florianópolis e que têm como característica semelhante, para a grande maioria, a situação de vulnerabilidade econômica-social. O Assistente Social, como profissional que luta para assegurar os direitos sociais dos usuários da Instituição, possui seu espaço de trabalho no Educandário. No conjunto das ações que lhe competem, em âmbito escolar, está a garantia da cidadania na infância. Sua atuação se dá às vistas de um processo sócio-educativo. Porém, o desempenho de suas funções, ainda hoje, é pouco (re)conhecido pelos profissionais da área, pela sociedade e, principalmente, pelos usuários da instituição. Percebemos que, diante dos usuários do Educandário Santa Catarina que foram entrevistadas durante este trabalho de pesquisa, o Serviço Social não possui a devida visibilidade, assim como o conjunto de ações que desenvolve. No entanto, acreditamos que este processo é externo ao próprio profissional, não só pela grande demanda, mas também pelo movimento histórico da profissão e da construção da política educacional brasileira.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social, Atuação Profissional.

ABSTRACT

The pre-school Educandario Santa Catarina, located in the Roçado neighborhood, in the city of Sao Jose, Santa Catarina, Brazil, assists children from 0 to 6 years old, all day. There is a total of 480 children, from 408 families who live in Florianópolis and surrounding area, most of these families have a vulnerable financial situation. The Social Assistant, as a professional who fights to assure the social rights of the institution members, has its space to work at Educandario. Among the actions of these professionals, there is the guarantee of the infants citizenship, through a partner-educative process. However, the work that these professionals do is still not recognized by the school staff, society, but most of all, it isn't recognized by the institution members. We've noticed that, the members who answered the survey applied during this research paper, the Social Service does not have much visibility, just like the actions developed by the professionals in this area. We believe, though, that this process doesn't depend on the professional, but it's something that happens of the Social Service history and the construction of the Brazilian education politics.

Word-key: Education, Social Service, Professional Performance

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 01: Organograma da Instituição.....	16
Gráfico 1: Município de Residência.....	18
Gráfico 2: Tipo de Habitação.....	18
Gráfico 3: Número de peças da residência.....	19
Gráfico 4: Tipo de Moradia.....	19
Gráfico 5: Constituição Familiar.....	20
Gráfico 6: Estado Civil dos Responsáveis.....	20
Gráfico 7: Número de Filhos.....	21
Gráfico 8: Renda Familiar.....	21
Gráfico 9: Grau de Instrução dos Responsáveis.....	22
Gráfico 10: Profissão das Mães.....	22
Gráfico 11: Profissão dos Pais.....	23
Gráfico 12: Profissão dos Responsáveis.....	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA E O SERVIÇO SOCIAL.....	13
1.1 Caracterizando a Instituição.....	13
1.1.1 Os usuários do Educandário Santa Catarina.....	17
1.2 O Serviço Social na Instituição.....	25
1.3 O Serviço Social sob a ótica dos usuários.....	27
1.3.1 Com a palavra os usuários: concepções sobre o Serviço Social.....	28
1.3.2 Uma análise das entrevistas.....	35
2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	43
2.1 Contextualizando o Serviço Social na Política de Educação no Brasil.....	43
2.2 Educação: Um espaço possível para o Assistente Social.....	53
3 CONSIDERAÇÕES.....	60
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICES.....	66

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste numa Monografia de Conclusão de Curso, requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social e versa sobre o Serviço Social do Educandário Santa Catarina sob a ótica dos usuários.

O objeto de estudo surgiu durante a experiência de estágio curricular obrigatório¹ realizado no Educandário Santa Catarina, um momento de reflexão, apreensão e questionamentos sobre a prática profissional. Na oportunidade, foram desenvolvidas atividades, tais como observação, registros, visitas às salas de aula para acompanhamento do desenvolvimento das crianças, visitas domiciliares no processo de inscrição/solicitação de vagas, contatos telefônicos com famílias e instituições, atendimento das famílias no processo de rematrícula das crianças, bem como atendimentos do Projeto de Intervenção². Essas ações proporcionaram um significativo aprendizado dos instrumentos que permeiam a nossa profissão. Todo esse processo foi um grande desafio, por ser numa área totalmente nova e pouco abordada na academia.

Num primeiro momento, tínhamos a idéia de realizar uma orientação com as famílias da Instituição que se encontravam em situação de vulnerabilidade econômica. Elas foram orientadas a realizarem inscrição no Programa Bolsa Família. A autora/estagiária em questão realizou cerca de 26 atendimentos com as famílias, das 46 identificadas previamente no perfil. No decorrer do processo, percebemos que para esses usuários o Serviço Social era uma espécie de “socorro”.

Essa percepção fez surgir uma inquietação a respeito desse entendimento sobre o papel do Serviço Social no Educandário e o que se esperava do profissional da área. Dessa forma, a idéia inicial deu lugar a outra e, a partir de então, pensou-se em discutir no presente trabalho, justamente, qual a visão desses usuários sobre o papel do Serviço Social, em âmbito geral e na Instituição.

¹ Estágio realizado no período de setembro de 2006 a março de 2007.

² Orientar e encaminhar as famílias atendidas no Educandário Santa Catarina, e, aquelas que realizarão inscrições para alunos novos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, para inscrição o Programa Bolsa Família do Governo Federal e para curso de artesanato do Educandário.

usuários da Instituição, trazendo uma pesquisa documental realizada durante o período de estágio curricular obrigatório. O Educandário Santa Catarina foi criado com o intuito de atender crianças sadias, filhas de pais hansenianos, internados no Hospital Colônia Santana em um regime de internato. Com o passar do tempo, a Instituição passou a atender também as crianças da comunidade local, com a instalação do Grupo Escolar, oferecendo os serviços de creche, pré-escola e outros cursos. Atualmente, o Educandário atende 480 crianças da Grande Florianópolis, com idades de 3 meses a 6 anos de idade, em período integral, zelando pelo desenvolvimento saudável delas, bem como por uma educação de qualidade. Para isso, conta com uma equipe de profissionais qualificados, dentre eles, um Assistente Social, comprometidos com a garantia dos direitos das crianças e sua formação para a cidadania.

Num segundo momento, nos dispomos ainda a caracterizar o Serviço Social do Educandário, mostrando o caráter da profissão na fundação da Instituição, baseado na caridade e na benesse, e, nos dias atuais, com novas necessidades, sendo as ações desenvolvidas pelo Assistente Social baseadas na garantia dos direitos das crianças. Trabalhamos a pesquisa realizada com os usuários, que teve como objetivo conhecer de que forma estes concebem o Serviço Social. E, para a compreensão destas concepções, realizamos, então, uma reflexão e uma análise das entrevistas.

No capítulo seguinte, trazemos uma breve abordagem da construção da política educacional brasileira. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, com a “educação” dos índios pelos jesuítas, por meio da divulgação do cristianismo, até a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, destacando os principais acontecimentos. Também discorremos sobre a subordinação da política educacional, em todo o período, aos interesses econômicos.

Tanto a Carta de 1988, como a LDB de 1996, deram um novo reordenamento aos processos educacionais no Brasil. Destacamos a regulamentação das pré-escolas e creches como um locus privilegiado de educação infantil, bem como o conceito ampliado de educação, que proporcionou a inserção de profissionais de diferentes áreas no espaço escolar.

Neste segundo momento, como forma de corroborar o que foi refletido até então, abordamos a Educação como espaço ocupacional para os Assistentes Sociais, discutindo e refletindo sobre a sua importância na construção da cidadania das crianças e dos sujeitos sociais envolvidos no processo.

Por fim, desenvolvemos algumas considerações sobre as discussões e reflexões mostradas ao longo do trabalho.

1 O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA E O SERVIÇO SOCIAL

1.1 Caracterizando a Instituição

O Educandário Santa Catarina (ESC) foi fundado em 1936, sob a designação de “Sociedade de Assistência aos Lázaros³”. Conforme Fraga (2005, p. 12), inicialmente, a Instituição tinha como objetivo “dar aos Lázaros assistência mais humana, e às crianças nascidas com estigma, saúde”.

A pedra fundamental do prédio do Educandário foi lançada somente em novembro de 1939. Neste período, até a finalização da obra, a Sociedade de Assistência aos Lázaros instalou o Preventório de Emergência, em Florianópolis, em um prédio cedido pelo então governador do Estado, Nereu Ramos, para atender as crianças sadias, filhas de pais hansenianos, internados no Hospital Colônia Santa Tereza. Em janeiro de 1941, o Educandário Santa Catarina foi inaugurado no município de São José, embora as obras não estivessem totalmente concluídas, funcionando como uma espécie de internato para essas crianças.

Cinco anos após o início de suas atividades, a instituição já atendia cerca de 120 crianças, e, no ano seguinte, 215. Novos “pavilhões” foram construídos no local para atender a demanda. Posteriormente, atendendo ao pedido da então Presidente do Educandário Carmem Linhares Colônia, o Governador do Estado Aderbal Ramos da Silva, construiu o Grupo Escolar no local e manteve a conservação dos outros prédios. Na época, estavam em funcionamento creche, jardim de infância, curso elementar, corte e costura, trabalhos domésticos, bordados, jardinagem e lavoura.

Em 1965, faleceu a primeira presidente da instituição Eunice Weaver e, em sua homenagem, a Sociedade de Assistência aos Lázaros passou a chamar-se Sociedade Eunice Weaver. Com o passar dos anos, segundo Fraga (2005), a medicina avançou e foi descoberto o tratamento para a hanseníase, que poderia ser feito em casa, sem o trauma da separação para as famílias. Assim, em 1979, o Educandário deixa de atender como internato e passa a atender crianças das comunidades próximas em situação de vulnerabilidade social/econômica.

³ Termo utilizado para designar pessoas portadoras do Mal de Hansen.

Atualmente, a Instituição atende 540 crianças, oriundas dos municípios de Palhoça, São José e Florianópolis, sendo 480 de 3 meses a 6 anos, em período integral, proporcionando-lhes educação, alimentação, saúde, visando um desenvolvimento social saudável; e 60 de 7 a 9 anos (1ª a 4ª série), com prestação de assistência complementar de reforço escolar, que complementam a sua formação básica na instituição, por meio de parceria com o Colégio Menino Jesus.

O Educandário é uma instituição do Terceiro Setor, classificada como Instituição Sem Fins Lucrativos, e com registro² no Conselho Nacional de Assistência Social, desenvolvendo ações que contribuem para a construção da cidadania na infância.

O objetivo do Educandário é orientar os primeiros passos das crianças, criando ou resgatando seu prazer de aprender, sua curiosidade e criatividade, superando de forma lúdica suas dificuldades escolares e familiares, buscando seu desenvolvimento pessoal, físico e intelectual. Tem por finalidade, ainda, possibilitar o comprometimento dos pais com a educação integral dos filhos.

A missão do Educandário Santa Catarina é atender famílias de baixa renda, zelando por saúde, educação e desenvolvimento de suas crianças. Para que tal meta seja cumprida, são realizadas ações voltadas para uma educação de qualidade, em parceria com a comunidade e as famílias, assim como para a melhoria da qualidade de vida das mesmas, dos professores e dos colaboradores.

Existem hoje diversas parcerias e campanhas que visam manter o bom funcionamento da instituição. Dentre essas parcerias, estão os convênios com:

- Prefeitura Municipal de Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, que disponibiliza professores, repassa verbas e merenda para as crianças.
- Prefeitura Municipal de São José: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social.
- Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria do Estado da Saúde e Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania.

² A Instituição possui os seguintes registros: Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto; Prefeitura Municipal de São José; Inscrição Municipal de Entidades Comunitárias, sob o nº00/94; Conselho Nacional de Serviço Social, com registro nº231.061/75, de 14 de julho de 1975; Declarado Utilidade Pública Estadual e Federal, Lei Estadual 4.901, de julho de 1973; Como personalidade jurídica, registrado sob o nº860, livro nºLF-12, página 68, Cartório de Títulos e de documentos de Florianópolis, em 5 de setembro de 1970; Declarado Utilidade Pública Municipal em Florianópolis, de acordo com a Lei 1.174, de 16 de outubro de 1973;

- Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), do Governo Federal – é um mecanismo que permite a substituição de parte do imposto a ser recolhido por uma contribuição financeira às instituições habilitadas, sem qualquer desembolso adicional.
- Instituto Voluntários em Ação: responsável pelo cadastramento e encaminhamento de pessoas que buscam um campo de desenvolvimento de trabalho voluntário.
- Algumas parcerias com o setor privado³, através de contribuições mensais ou periódicas.
- Contribuições espontâneas mensais de pessoas físicas, por meio de carnês.

No seu organograma, o Educandário possui uma Diretoria Executiva, composta por: Presidente, Vice-Presidente, segundo Vice-Presidente, 1ª Secretária, 2ª Secretária, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro. Consta também um Conselho Deliberativo com um Presidente e Conselheiros respectivos; Conselho Fiscal com membros efetivos e suplentes e comissão técnica com membros respectivos. Todos os setores estão subordinados a esta Diretoria, como podemos visualizar na Figura 01:

³ Casas da Água, Empreendimentos Imobiliários Zita Ltda., Centro Educacional Alfa Jr., Cassol Investimento e Participação Ltda., Fábrica de Rendas e Bordados Hoepeck, Koerich Construção e Participação Ltda., Laboratório Santa Luzia, Nurilar Calçados, Sérgio Reitz Com. Indústria Ltda., SESI Serviço Social da Indústria, Koerich S/A, Centro Educacional Menino Jesus, Multilog S/A, Celesc, Tractebel Energia S/A, Eletrosul, Besc, além de empresas que destinam parte do seu imposto ao Educandário, através do Fundo da Criança e do Adolescente (FIA) ou diretamente.



Figura Nº01

Fonte: ESC.

Cada setor tem atribuições específicas dentro da instituição:

- Pedagogia: tem por objetivo dar suporte pedagógico para professores e auxiliares, através do acompanhamento diário e paradas pedagógicas, buscando maior coesão do trabalho;
- Serviço Social: objetiva realizar atendimento psico-social às famílias, colaboradores e comunidade externa, dando encaminhamentos pertinentes à demanda e oportunizando melhor qualidade de vida para toda a comunidade escolar;
- Saúde: tem por objetivo dar atendimento ambulatorial às crianças atendidas na instituição, através de divulgação de campanhas de vacinas, contato com as famílias em caso de doença, verificação de medicação diária das crianças, e atendimento médico quinzenal com um profissional “cedido” pelo posto de saúde da região;

- Manutenção/Alimentação: proporcionar uma alimentação de qualidade para crianças e colaboradores, partindo do princípio de que uma boa alimentação é fundamental para o desenvolvimento da criança. A manutenção inclui serviços de costura, lavanderia, serviços gerais e zeladoria.
- Financeiro/Secretaria: todo o trabalho burocrático se dá neste setor, na qual são realizados gerenciamento, controle e acompanhamento dos recursos, prestação de contas dos convênios, pagamentos, admissão de funcionários, entre outras atribuições.
- Eventos/Realizações: são desenvolvidos eventos para arrecadação de fundos para a instituição, além de objetivar a integração das famílias com as comunidades escolar e externa.

1.1.1 Os usuários do Educandário Santa Catarina

Conforme mencionado anteriormente, nosso contato com o Educandário Santa Catarina se deu por ocasião da realização do estágio curricular obrigatório. Para melhor conhecer o processo no qual estávamos inseridos e os sujeitos que faziam parte daquela realidade, vimos a necessidade de identificar quem eram os usuários do Serviço Social na Instituição. Esse conhecimento nos proporciona “segurança” em propor ações, pois estaremos diante de dados concretos e não apenas nos baseando em “achismos”.

Dessa forma, optamos também pela pesquisa documental, para a qual utilizamos os prontuários das crianças, que contém informações a respeito da composição familiar, moradia, renda, entre outras. Durante esse processo foram identificadas 408 famílias e 480 crianças atendidas.

No levantamento de dados, utilizamos as seguintes categorias: município de residência, tipos de moradias, renda familiar, grau de escolaridade dos responsáveis e profissão. Inicialmente destacamos o número de crianças, agrupando-as por sexo. Desta forma identificamos que 50,77% eram meninas e 49,23% eram meninos. Cabe salientar que identificamos o total de 660 responsáveis pelas crianças, compreendendo, pais, mães e outros (tios e avós).

Quanto ao município de residência das famílias destacamos o **Gráfico 1**, há o predomínio das famílias provenientes do município de São José, com 83,58%,

demonstrando que a maioria delas reside no entorno da Instituição. Em seguida, vem os municípios de Florianópolis e Palhoça respectivamente, com uma grande diferença em relação ao primeiro colocado. Destacamos que as famílias provenientes dessas últimas cidades citadas matriculam as crianças no Educandário pela proximidade dos seus locais de trabalho.

Município de Residência

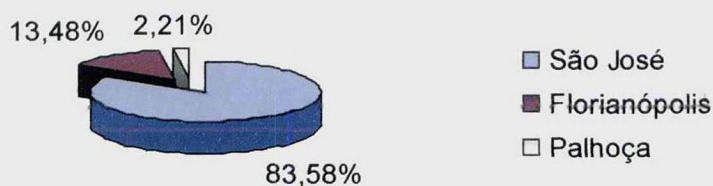


Gráfico 1: Município de Residência

Fonte: ESC.

Em relação ao tipo de habitação das famílias, conforme pode ser visualizado no **Gráfico 2**, identificamos que 52,21%, vivem em casa própria, seguido pela habitação alugada, com 32,11%.

Tipo de Habitação

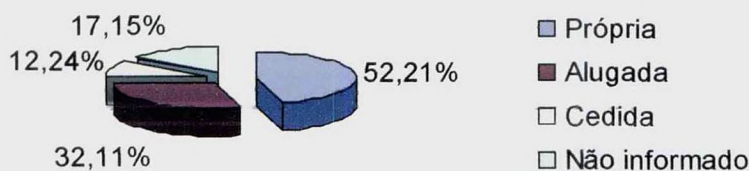


Gráfico 2: Tipo de Habitação

Fonte: ESC.

No que diz respeito às condições de moradia, verificamos, por meio do **Gráfico 3**, o número de peças das residências. Em sua maioria, as residências possuem de duas a

cinco peças, compreendendo o total de 64,71% das casas. Os números referentes aos outros tipos de residência possuem uma grande diferença em relação ao primeiro.

Número de Peças da Residência

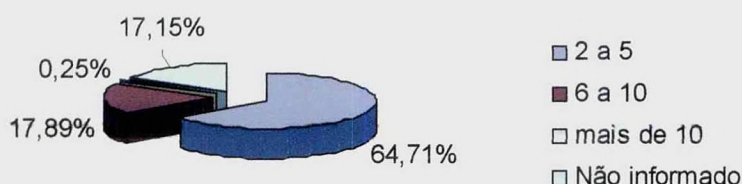


Gráfico 3: Número de peças da residência

Fonte: ESC.

Já o **Gráfico 4** traz o tipo de moradia dessas famílias, identificando se a casa é de madeira, alvenaria ou mista. Percebe-se, através do gráfico, que a maioria das casas identificadas são de alvenaria, porém, um grande número dos prontuários pesquisados não tinha essa informação disponível.

Tipo de Moradia

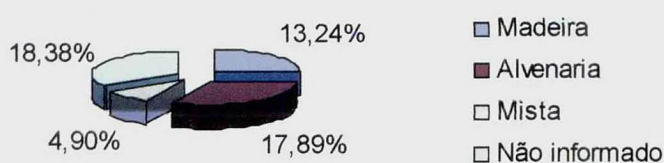


Gráfico 4: Tipo de Moradia

Fonte: ESC.

No que se refere à Constituição familiar, constatamos que 62,75%, são constituídas de pai e mãe, a chamada família nuclear, seguida por um número menos expressivo de 33,33% de famílias chefiadas por mulheres, caracterizadas como monoparentais, como mostra o **Gráfico 5**.

Constituição Familiar

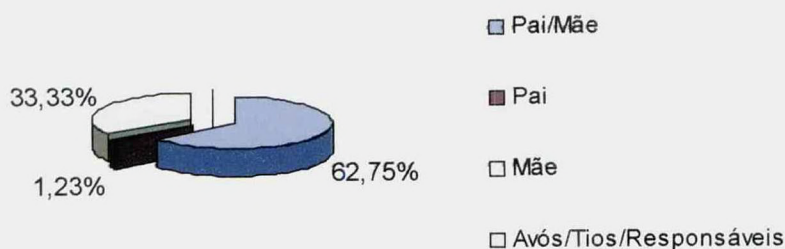


Gráfico 5: Constituição Familiar

Fonte: ESC.

O **Gráfico 6** identifica o Estado Civil dos Responsáveis. Verificamos, um número insignificamente maior daqueles que são casados, com 27,69%, e, um total de 26,96% que são amasiados.

Estado Civil dos Responsáveis

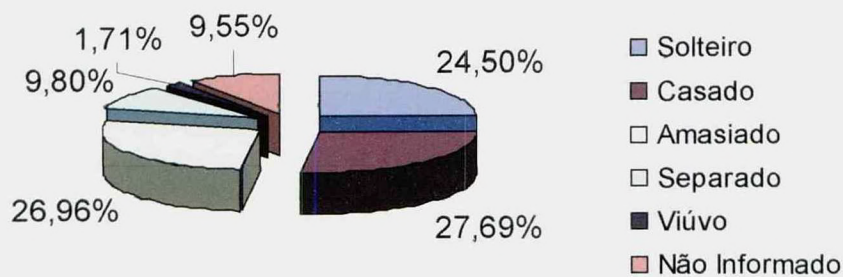


Gráfico 6: Estado Civil dos Responsáveis

Fonte: ESC.

Já o **Gráfico 7**, nos mostra o número de filhos por família, compreendendo um total de 46,32% de famílias com apenas um filho, seguido de um número ligeiramente menor, de 31,86% de famílias com dois filhos.

Número de Filhos

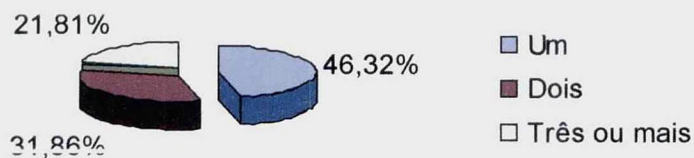


Gráfico 7: Número de Filhos

Fonte: ESC.

No que tange à renda familiar, o **Gráfico 8** demonstra uma realidade em que a maioria das famílias sobrevive com uma renda de um 1 a 3 salários mínimos⁴, num total de 54,90% das famílias.

RENDIA FAMILIAR

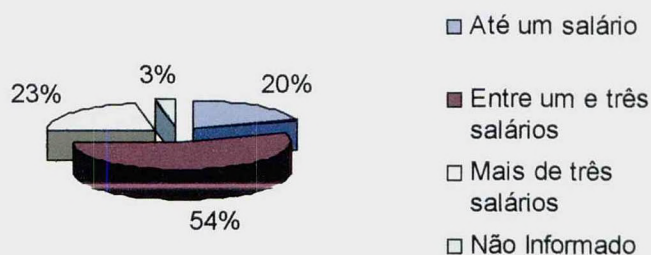


Gráfico 8: Renda Familiar

Fonte: ESC.

Através dos dados apontados no **Gráfico 9**, identificamos o Grau de Instrução dos Responsáveis, dos quais verificamos que 31,82% não concluíram o ensino fundamental. Em seguida, vem o número de responsáveis com ensino médio completo, caracterizando um total de 27,12%.

⁴ Consideramos como salário mínimo na pesquisa, o valor de R\$380,00.

GRAU DE INSTRUÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

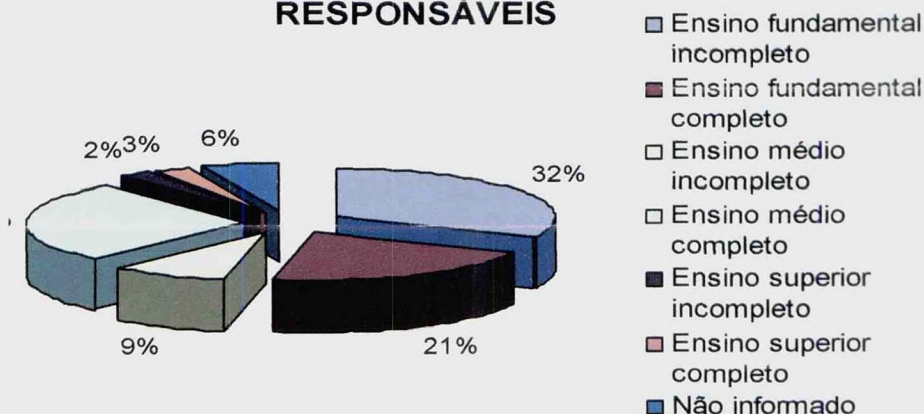


Gráfico 9: Grau de Instrução dos Responsáveis

Fonte: ESC.

Em relação à profissão dos responsáveis, organizamos os dados em três gráficos: no **Gráfico 10**, destacamos os dados que dizem respeito às mães, dentre as quais identificamos uma diversidade de profissões, porém, o número mais expressivo refere-se à profissão de doméstica.

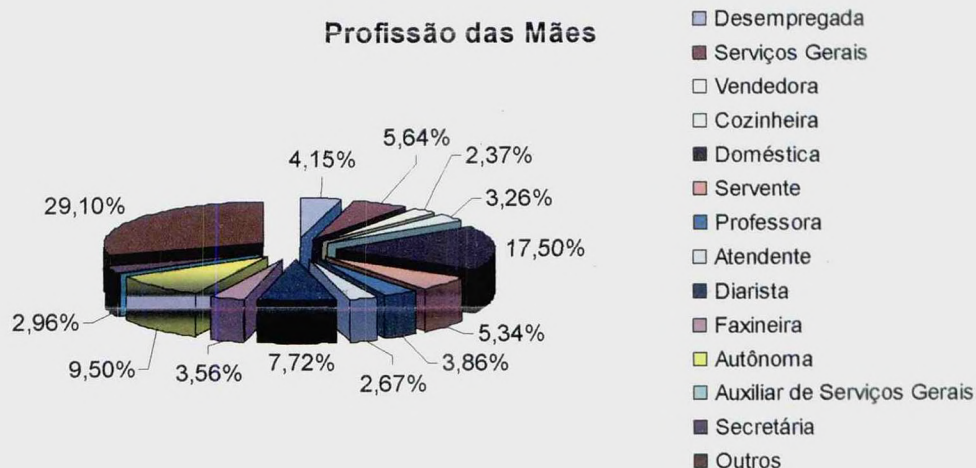


Gráfico 10: Profissão das Mães

Fonte: ESC.

No **Gráfico 11**, apresentamos os dados referentes às profissões dos pais, dentre os quais também identificamos uma grande diversidade, com maior incidência de trabalhadores autônomos.

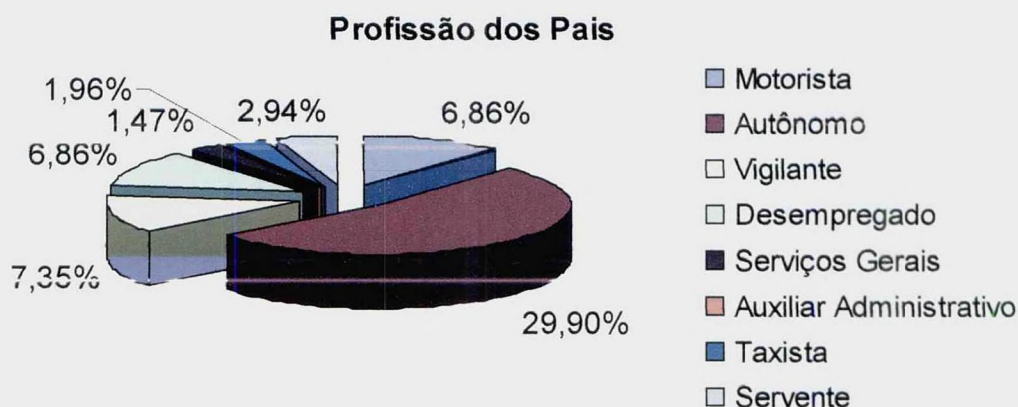


Gráfico 11: Profissão dos Pais

Fonte: ESC.

Em relação aos responsáveis⁵ pela criança, dos 10 identificados, conforme podemos observar no **Gráfico 12**, o número mais expressivo é da profissão de doméstica. Ressaltamos que tais responsáveis não foram agrupados por sexo.

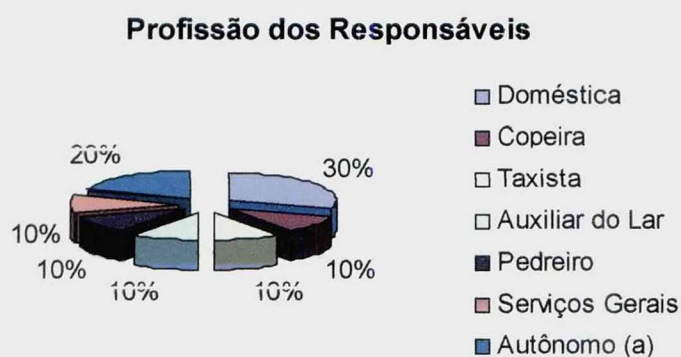


Gráfico 12: Profissão dos Responsáveis

Fonte: ESC.

Em síntese, o perfil das famílias usuárias do Educandário Santa Catarina compreende um número significativo de famílias nucleares, na maioria com um filho; pais, mães e responsáveis com baixa escolaridade, com o predomínio de atividades com menor remuneração e renda em torno de 1 a 3 salários mínimos.

⁵ Entendidos aqui como pessoas com algum outro grau de parentesco com a criança.

Podemos perceber, de acordo com Miotto (1997), as seguintes características em relação às famílias:

número reduzido de filhos, este dado indica a queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras; (...) concentração da vida reprodutiva das mulheres nas idades mais jovens. Isto significa que as mulheres passam menos tempo de sua vida para se dedicar a outras atividades (trabalho, relação conjugal); aumento da união consensual; predomínio de famílias nucleares; crescimento do número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres; aumento de famílias recompostas e de pessoas que vivem sozinhas (p.118).

A realidade dessas famílias é resultado, segundo a mesma autora, do processo de modernização da sociedade, que, a partir do século XX, acarretou mudanças na configuração familiar atual. Tais alterações abordadas por Miotto (1997) são decorrentes de fatores diversos, entre os quais:

A transformação e liberalização dos hábitos e costumes, especialmente relacionados à sexualidade e à nova posição da mulher na sociedade; o desenvolvimento técnico-científico, que proporcionou, entre tantas invenções, os anticoncepcionais e o avanço dos meios de comunicação de massa (p.119).

Além disso, a autora também destaca o modelo econômico adotado pelo Estado brasileiro, como um dos fatores para as mudanças na sociedade, que proporcionou um empobrecimento das famílias, tendo como agravado a “perda gradativa da eficiência do setor público na prestação de serviços” (p.119).

Sabemos que o Serviço Social teve sua gênese no trabalho com essas classes mais empobrecidas, classe trabalhadora, desvalidos, etc. Mesmo que a Assistência Social seja direito de todos, ou, “para quem dela necessitar”, conforme determina a Constituição Federal de 1988, o público alvo do Serviço Social continua a ser, na sua grande maioria, essas populações.

No contexto atual de crescente empobrecimento da população, desemprego, novas relações de trabalho, desmonte de direitos, miserabilidade, ou seja, uma demanda crescente para o Serviço Social, exige-se que o profissional pense ações que vão ao encontro da emancipação dos sujeitos. Sob essa ótica, é necessário um profissional criativo, que saiba articular as possibilidades e os desafios que estão postos para sua atuação.

Nesse sentido, no próximo item buscamos caracterizar e mostrar as ações que o Serviço Social do Educandário realiza para o enfrentamento de tais questões que afetam seus usuários.

1.2 O Serviço Social na Instituição

De acordo com Fraga (2005),

o atendimento social no Educandário Santa Catarina iniciou-se com o trabalho das damas da sociedade e atuação das freiras, através da prestação de serviço para a assistência humana, oferecendo esperança e conforto (p.24).

Porém, essa característica da benesse e da caridade, ao longo dos anos, foi dando lugar à necessidade da atuação de profissionais especializados na área, visando qualificar a orientação aos cidadãos na busca de direitos, “saindo das tarefas assistencialistas” (FRAGA, 2005, p.24).

Atualmente o Serviço Social na Instituição tem por objetivo realizar atendimento psico-social às crianças, famílias, funcionários e comunidade, dando encaminhamentos pertinentes à demanda e oportunizando a qualidade de vida da comunidade escolar.

Toda a ação é pautada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que define:

Art.53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III- direito de contestar processos avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Título VI, Capítulo IV)

Nessa direção é que são desenvolvidos os seguintes projetos e ações:

- Inscrição para solicitação de vagas, matrículas de alunos novos, rematrículas e desligamentos: é preenchido um formulário e realizado uma entrevista, onde é analisada a condição sócio-econômica de cada família; também são realizados desligamentos por solicitação da família ou pela observação da frequência das crianças;
- Projeto “Orientação”: é realizado atendimento psico-social com as crianças, as famílias e funcionários.
- Projeto “Trocando Conhecimentos”: são reuniões mensais com os pais, com o objetivo de discutir e refletir sobre temas que possibilitem a garantia dos direitos sociais dos sujeitos envolvidos, e ainda, de integrar a família ao trabalho da Instituição;
- Projeto “Parar para Crescer”: reuniões mensais com funcionários, com o objetivo de integrar, capacitar e proporcionar o desenvolvimento profissional e pessoal do grupo;
- Projeto “Pais na Escola”: juntamente com as reuniões, é organizado o Dia da Família na Escola, tendo como objetivo integrar os pais no cotidiano escolar;
- Projeto “Gerando Oportunidades”: visa oferecer às mães de crianças que estão fora do mercado de trabalho, ou que queiram complementar sua renda, um curso de artesanato, ministrado semanalmente por uma professora da Secretaria da Ação Social de São José. O material utilizado no curso provém de doações e a renda arrecadada com a venda dos é revertida para o grupo e para as mães (10% e 90% respectivamente).
- Arrecadação de Fundos para o Educandário: O Serviço Social participa, em conjunto com outros profissionais, da organização de eventos para arrecadação de fundos para o Educandário. São realizados eventos como: o Educandário Fest, Café do Educandário e Bazar Solidário.
- Rede de Apoio: o Serviço Social atua na “construção” de parcerias para os trabalhos na instituição. Foram firmados convênios com as Clínicas Viver e Movimento, com Psicólogos e Fonoaudiólogos, Laboratório Santa Luzia, entre outros. Tudo isso com o intuito de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade escolar e a garantia de seus direitos básicos.

- Ações sócio-educativas: em consonância com os “compromissos ético-políticos da Instituição na perspectiva da defesa, garantia e efetivação dos direitos das famílias, crianças, professores e funcionários do Educandário” (Fraga, 2005, p.27).
- Mural Fique por Dentro: o intuito é informar toda a comunidade escolar sobre assuntos diversos, como violência, vagas de emprego, etc. Toda semana são colocadas novas informações, com exceção dos empregos, que são atualizados de acordo com os classificados dos jornais.
- Supervisão de Estágio: acompanhamento de estágio supervisionado de acadêmicos do curso de Serviço Social. Conforme estabelece a Lei 88662/93, em seu Artigo 5º, parágrafo VI, como atribuições privativas, o “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”.

O Serviço Social do Educandário atende a todas as 480 crianças de 3 meses a 6 anos da instituição, buscando a garantia de seus direitos. Realiza atendimento às famílias e aos professores e funcionários, totalizando 84 colaboradores, e à comunidade externa que eventualmente aparece com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos.

A demanda por Assistência Social da Instituição é muito ampla e possibilita uma gama de atividades a serem desenvolvidas pelo profissional. No entanto, essa mesma demanda, em muitos casos, pode contribuir para que nem todas as ações tornem-se visíveis ao público alvo do Serviço Social e que outras não sejam contempladas pelo profissional. Partindo desta premissa, buscamos conhecer a concepção dos usuários do Serviço Social do Educandário Santa Catarina sobre a atuação deste profissional.

1.3 O Serviço Social sob a ótica dos usuários

As inquietações trazidas pelo processo de entrevistas realizadas durante o Projeto de Intervenção nos possibilitaram uma discussão sobre o olhar destes usuários a respeito do Serviço Social. Para o desvelamento de tal objeto optamos pela realização de uma pesquisa empírica, com caráter qualitativo.

A pesquisa, de acordo com Minayo (1994), compreende em

um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (p.25).

Nessa direção, a partir das questões levantadas durante o período de estágio, faltava-nos definir de que modo desenvolveríamos a investigação junto aos usuários do Educandário Santa Catarina. Optamos, primeiramente, por realizar uma pesquisa bibliográfica para obtenção de materiais que permitissem uma discussão e uma reflexão mais apurada do tema proposto. Além disso, também lançamos mão de uma pesquisa documental⁶ para caracterizar os usuários da Instituição. Para isso, elaboramos um formulário⁷, com algumas categorias que considerávamos relevantes para traçar o perfil dos usuários, para realizarmos entrevistas.

Mioto (2001) coloca a entrevista como um instrumento técnico-operativo do Assistente Social, sendo um processo para “conhecer de forma abrangente e profunda a situação do entrevistado”. Para tanto, foram selecionados, por meio de sorteio, vinte usuários, dos quais seis participaram do processo. Como critério para seleção, colocamos as famílias que foram pesquisadas no perfil do ano de 2006, compreendendo aquelas que já freqüentavam a Instituição e as que ingressaram no referido ano. A respeito disso, Martinelli (1994) fala que “o importante nesse contexto não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (p.14).

1.3.1 Com a palavra, os usuários: concepções sobre o Serviço Social

A etapa principal da nossa pesquisa, a entrevista, foi iniciada após contato com os possíveis entrevistados, conforme critérios de inclusão apontados anteriormente. Dos vinte contatados, sete aceitaram participar da pesquisa, mas apenas seis foram realizadas, já que um dos participantes não compareceu. As entrevistas ocorreram na própria Instituição, sendo três usuários entrevistados no primeiro dia, dois no segundo, e um no terceiro. Ressaltamos que tais entrevistas foram realizadas nos dias: 25/05, 29/05 e 30/05 de 2007.

⁶ Pesquisa abordada no item 1.1.1.

⁷ Ver formulário anexo.

O contato com os usuários após a seleção foi um processo trabalhoso. Primeiro, pelo fato de alguns dos números de telefones não estarem atualizados nos prontuários, havia desde números incorretos a muitos contatos de celulares que já não existiam mais, e, posteriormente, a dificuldade foi o convencimento para participação da pesquisa, pois muitos estariam no horário de trabalho. No entanto, como estratégia encontrada para solução desse problema foi a marcação das entrevistas nos horários em que os responsáveis traziam ou buscavam as crianças no Educandário. Isso facilitou um pouco o processo. Apenas uma usuária veio no horário do trabalho, já que conseguira dispensa.

Cabe ressaltar que, para nós, foi um momento, inicialmente, um pouco apreensivo, pois era nossa primeira experiência na condição de pesquisadora, e, posteriormente, por conta da expectativa do que iria ser informado pelos entrevistados e, se realmente, iríamos alcançar nossos objetivos.

No início de todas as entrevistas, foi esclarecido o objetivo da nossa pesquisa e o seu fim. Foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido, assinado por todos os usuários.

A primeira entrevistada, Sra. Ana⁸, é mãe de uma criança da creche e madrinha de outra. Quando convidada para a pesquisa, via contato telefônico, aceitou prontamente. Porém, no dia da entrevista ficou um pouco receosa quando lhe foi apresentado o termo de consentimento. Num primeiro momento, demonstrou estar preocupada com o que elaalaria, citou que *“toda essa explicação assusta um pouco a gente”*, referindo-se ao fato da leitura e do esclarecimento do termo dizendo que nem saberia mais o que iria falar.

Ao longo de todo o processo da entrevista, ela mostrou-se um pouco desconfortável, respondeu as perguntas de modo rápido, dando a impressão de que logo queria terminar, apesar de deixarmos claro o processo e o fim da pesquisa. Dentre as perguntas feitas a ela, estava qual era o seu entendimento sobre o que seria Serviço Social. Logo referiu-se ao Serviço Social do Educandário:

Serviço Social é o que a Laura [referindo-se à Assistente Social] faz aqui, entrevista pra vaga e faz a reunião com os pais. (...) Na verdade, eu não sei bem o que te explicar, ela conversa com as pessoas, orienta ou não, pra participar das atividades da creche, é isso”.

⁸ Todos os nomes utilizados neste item são fictícios.

Questionamos, então, a respeito do contato com outro profissional da área. Então, colocou que na empresa em que trabalhava tinha uma creche, e, nessa creche, também havia uma Assistente Social: *“Era assim, ela explicava as coisas pra gente, as crianças, de como estavam as crianças na creche, essas coisas”*.

Perguntada sobre outras ações que tivesse conhecimento, a entrevistada demonstrou inquietação, dizendo que não conhecia, que só participava da matrícula e da reunião de pais. Disse que a última vez que esteve no Serviço Social foi para inscrição do afilhado. Indagamos sobre a sua entrevista para solicitação de vaga e ela colocou que foi realizada pela Assistente Social, a Carolina, referindo-se à Pedagoga. Questionada sobre o que esperava do Serviço Social, sobre que ações ou atividades poderiam ser realizadas na Instituição, colocou de forma enfática *“nada precisa ser mudado, pra mim tá bom do jeito que tá”*.

Percebemos na sua fala que o Serviço Social é aquele que “conversa”, orienta, chama a participar das atividades do Educandário, realiza entrevista para solicitação de vaga e rematrícula, e, principalmente, demonstrou uma confusão existente entre a Pedagoga e a Assistente Social.

A segunda entrevista realizamos com a Sra. Maria, que tem uma criança na creche. Durante o contato para marcação da entrevista mostrou-se disponível e interessada em participar da pesquisa. Marcamos um horário e ela compareceu.

Perguntamos o que ela entendia por Serviço Social, respondeu que

“Assistente Social é aquele que cuida das famílias, das crianças, quando tem algum problema de entrosamento, de relacionamento” e “que tá aqui para auxiliar o que a gente faz com os filhos da gente, né?”.

Referiu que não conhece o trabalho de outro profissional, além do ESC, e que o pouco conhecimento que possui vem das reuniões de pais que ela participa.

Questionada a respeito de outras ações desenvolvidas pelo Serviço Social na Instituição, além das que já havia referido, disse que *“eu acho que também organiza as festas pra ajudar o Educandário, e pro bem-estar das crianças”*. Citou que é sempre “bem orientada” em relação ao seu filho pelas professoras: *“as professoras sempre me orientam, acho que elas são bem orientadas pela Assistente Social, passam informações sobre o comportamento dele e a relação dele com os colegas”*.

Acredita que o trabalho realizado pelo Assistente Social na creche “está bom” e não soube dizer que outras atividades ou ações espera deste profissional, nem o que

poderia sugerir ou contribuir para com ele: *“Eu acho que o trabalho é bom, nunca ouvi ninguém reclamar da Assistente Social”*.

Esta usuária referiu-se ao Assistente Social como um cuidador, aquele capaz de resolver os conflitos familiares. Durante a entrevista mostrou-se tranqüila, porém um pouco insegura sobre o que estava dizendo: *“ Eu acho que é isso, né? Não sei se tá certo ”*.

A Sra. Joana foi nossa terceira entrevistada. Foi bem receptiva ao convite e na entrevista, embora tenha mostrado-se um pouco tensa. Colocou que, durante o convite, não entendeu direito sobre o que era a pesquisa. Então, explicamos novamente o objetivo do nosso trabalho para que ela pudesse melhor compreender.

Perguntamos o que ela entendia por Serviço Social e ela começou a falar sobre a sua entrada na Instituição há quatro anos, do seu processo de separação, e como a Assistente Social, na época, tratou dessa questão: *“ela me ajudou muito, me disse como eu deveria fazer com as crianças, eu conversei muito com ela, falei da minha vida”*. Perguntada novamente sobre o tema, respondeu que *“Assistente Social é aquela que a gente fala da nossa vida, fala das crianças, como elas tão no colégio, essas coisas”* e, também, *“que ela também cuida do bem-estar das crianças, né?”*.

Colocou o trabalho do Assistente Social como o profissional que ouve, orienta a família em questões diversas, “aconselha”: *“eu venho aqui, a gente conversa sobre a minha filha, o que tá acontecendo na creche. Ela me esclarece um monte de coisa”*.

A entrevistada, durante todo o processo, falou de como era o atendimento da sua família na instituição, e das vezes que veio conversar sobre as crianças. Esta já teve duas filhas na creche e, hoje, só tem uma.

Assim como a primeira entrevistada, Sr. Ana, várias vezes, a Sra. Joana referiu-se à pedagoga como sendo a Assistente Social. Questionada a respeito, não soube diferenciar o trabalho destas profissionais. Perguntada sobre o conhecimento do trabalho de outro profissional da área, fora do ESC, referiu que na outra creche era chamada pra conversar, mas não sabe dizer se era ou não com uma Assistente Social.

Por diversas vezes elogiou o trabalho realizado pelos profissionais da instituição: *“Isso aqui é uma grande família, o trabalho aqui anda porque eles são unidos”*, e, também, *“ eu moro longe daqui, tem até creche perto da minha casa, mas eu pago a ‘topique’ pra minha filha vir pra cá, eu quero que ela estude aqui”*.

Questionamos o que ela esperava do trabalho, sugestões e ações que poderiam ser realizadas, e referiu que estava muito satisfeita com o trabalho realizado, como já

havia citado anteriormente. No final da entrevista, a usuária colocou que *“quando ligaram pra minha casa achei que fosse algum problema com a minha filha, daí eu vim né, toda vida que me chamam eu venho”*, referindo que preza muito a vaga da criança, por isso procura sempre comparecer na Instituição quando é chamada.

Nossa quarta entrevista foi realizada com um casal, Sr.José e Sra.Mariana. O contato foi realizado com o pai, que se mostrou solícito e marcou o horário. No dia da entrevista compareceram o pai e a mãe da criança.

Questionamos o que eles entendiam por Serviço Social, e o pai respondeu: *“o que eu posso te dizer... quando tem problema com a família a Assistente Social conversa, dá conselho, não sei”*. Perguntamos se conheciam o trabalho de outro profissional da área, e o pai, respondeu que conhecia a Assistente Social da Prefeitura de São José: *“sim, conheço a da prefeitura por causa do problema que eu tenho com os meus outros filhos, por causa de um terreno”*. Porém, não soube dizer o que fazia a referida profissional.

Indagados sobre o Serviço Social do Educandário, o pai colocou enfaticamente *“não conheço nada não, não sei de nada”*. O pai desta criança tem uma neta que é criada por ele e que já frequentou o Educandário, conforme referiu. Logo, já participa das atividades da Instituição há algum tempo. No entanto, não consegue descrever e nem citar nenhum trabalho, nenhuma ação deste profissional na creche.

Questionamos sobre o processo de inscrição das crianças, tanto da filha, quanto da neta e o pai disse que não lembra quem fez a entrevista, *“olha, na verdade eu não sei nem te dizer quem é a Assistente Social daqui”*. Afirmou que só vai ao local para trazer e buscar a filha, mas que conversam com as professoras e também participam da reunião de pais.

Perguntamos se conheciam quem participava da reunião de pais, e o casal identificou apenas as professoras, não sabendo dizer quem eram as outras profissionais: *“acho que a Assistente Social deve ficar lá também, não sei, porque na reunião, a gente conversa sobre a Luana [referindo-se à filha], de como ela ta na creche, isso, e sempre tem algumas pessoas aqui da creche”*.

Questionamos também sobre o que esperavam do trabalho do Serviço Social na Instituição, alguma atividade que gostariam que fosse desenvolvida com a família, então disse: *“olha, eu não sei o que dizer, acho que do jeito que ta, ta bom, eu não conheço muita coisa”*.

Os pais demonstraram não ter conhecimento do Serviço Social do Educandário, referindo nem conhecer a Assistente Social. Disseram que, até o momento, nunca haviam sido chamados para atendimento no setor. O conhecimento que possuem a respeito do Serviço Social, mesmo que restrito, é sobre uma outra profissional da Prefeitura de São José que vem acompanhando uma questão judicial.

Quem respondeu a todas as questões foi o pai da criança, a mãe mostrou-se constrangida durante todo o tempo, pedindo que o marido falasse a todo o momento.

A quinta entrevista foi realizada com a Sra. Patrícia, que, inicialmente, por telefone, questionou sobre o que era a pesquisa, qual era o fim, quem realizaria. Após explicação, concordou em participar e marcamos o horário.

Perguntamos o que ela entendia por Serviço Social: *“A Assistente Social, na minha opinião, trabalha com o problema da família, quando tem problema em casa, chama pra conversar, assim, esse tipo de coisa”*, respondeu.

Contou que, na maior parte de sua infância, fora criada em um local como o Educandário e que sabe como se dá o trabalho na Instituição. Referiu que nesse lugar, a “Assistente Social” conversava com as crianças quando percebia alguma situação ou algum “problema”: *“às vezes, as crianças não conversam com os pais. Com um estranho, acho que elas se abrem mais fácil, não têm vergonha de falar as coisas. Era assim comigo, eu conversava com a Assistente Social, acho que era Assistente Social, devia ser”*. Relatou ainda que *“é importante esse trabalho de conversar, resolve muitas coisas”*.

Disse também que já é o seu segundo filho que frequenta o Educandário e que procurou a Instituição pelas boas referências que obteve. Citou que na inscrição que fez no ano passado para o seu segundo filho, além da entrevista, foi realizada visita domiciliar: *“quando a gente fez a inscrição antes, não tinha esse negócio de visitar a casa da gente, pra ver onde a gente mora, agora, nessa última matrícula, a Assistente Social foi na minha casa”*. Questionada a respeito desta atuação colocou: *“eu achei importante, assim, porque agora eles podem saber onde a gente mora, não é só o que a gente diz ali no dia da matrícula. Acho que conhece melhor a gente, o nosso jeito, acho que é bom assim”*.

Neste ano, além das entrevistas e preenchimento dos formulários, o Serviço Social passou a realizar visita domiciliar como forma de melhor conhecer a realidade das famílias que estavam solicitando vaga.

Questionamos sobre o que esperava do Serviço Social, ações, atividades que gostaria que fossem realizadas, a entrevistada referiu ter pouco contato com este profissional, que não saberia o que dizer ou o que sugerir. Relatou que o trabalho que conhecia desse profissional era a entrevista, a visita domiciliar para inscrição e a reunião de pais.

Ao final da entrevista, colocou que achou importante essa iniciativa de *“ficar sabendo da gente, o que a gente pensa do trabalho aqui, é bom, acho importante isso”*.

Nossa sexta entrevista ocorreu com a Sra. Carla, que durante o contato telefônico se prontificou a participar da pesquisa, compreendendo do que se tratava o nosso trabalho. Perguntada sobre o que entendia por Serviço Social citou que *“A Assistente Social ajuda a cuidar das crianças, ajuda as professoras, coordenando o trabalho delas, penso eu”*.

Referiu que seu filho já está há quatro anos na Instituição, e, o que mais identifica como trabalho do Serviço Social é a reunião de pais: *“A Assistente Social sempre tá na reunião de pais, pelo menos das vezes que eu vim”*. Cita que sempre participa das reuniões, e, quando não pode vir, quem vem é o padrasto da criança. Questionamos sobre outras atividades do Serviço Social, esta citou que já foi chamada para atendimento sendo orientada para inscrição no Programa Bolsa Família, mas que quando foi realizar a inscrição não conseguiu, pois tinha começado a trabalhar, não estando mais dentro dos critérios para admissão no Programa.

Cabe ressaltar que tal atendimento fez parte do Projeto de Intervenção realizado no período de estágio, no qual identificamos, por meio do perfil das famílias, aqueles que estavam dentro dos critérios do Programa Bolsa Família, através da análise da renda dos mesmos.

Questionamos se já teve, ou se conhece o trabalho de algum outro Assistente Social.e esta citou que não sabia: *“só sei daqui mesmo”*. Perguntamos sobre alguma ação ou trabalho que gostaria que fosse realizado e o que esperava deste profissional. Citou que gostaria que fosse feito um trabalho para preparação das famílias cujas crianças estão no último ano, como forma de orientação. Questionada sobre que tipo de orientação seria, disse que *“esse é o último ano do Pedro [referindo-se ao filho] aqui, não sei como eu vou fazer, não conheço nenhum colégio, e também, qualquer colégio só fica meio período, o outro eu não sei como eu vou fazer, não sei onde eu vou deixar ele, não posso deixar sozinho”*. Citou que a orientação se daria no sentido de estar identificando escolas próximas da residência das famílias para matrícula das crianças.

Como nas entrevistas anteriores, esta usuária também possui pouco conhecimento do trabalho do Serviço Social, tanto na creche, quanto fora, e identifica como trabalho desse profissional a “ajuda”, atendimentos com as famílias e reunião de pais.

Vimos nas entrevistas visões semelhantes sobre o Serviço Social, a primeira referiu-se às entrevistas e a reunião de pais; a segunda referiu-se sobre o trabalho com conflitos familiares, crianças e no fomento de recursos para a Instituição; a terceira colocou como o “provedor do bem-estar”, diga-se desenvolvimento saudável da criança e o trabalho sócio-educativo de orientação; a quarta, como aquela que conversa e aconselha diante dos problemas familiares; a quinta, refere aquela que trabalha com problemas familiares, que conversa, destacando a visita domiciliar e a entrevista para solicitação de vaga; a sexta entrevistada colocou como aquele profissional que “cuida” das crianças e coordena o trabalho, além das reuniões de pais. Durante as entrevistas alguns usuários confundiram o trabalho realizado pela Pedagogia e pelo Serviço Social.

1.3.2 Uma análise das entrevistas

A partir do que foi trabalhado no item anterior, podemos perceber que o seis usuários entrevistados mostraram que possuem uma concepção de Serviço Social, embora restrita. Visões muito semelhantes, destacando-se poucos elementos diferentes. Como cita Martinelli (1994) “a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos” (p.14).

O que nos surpreendeu, num primeiro momento, foi o fato de nenhum dos entrevistados citarem o Serviço Social como aquela profissão que “trabalha com os pobres”, que “fornece cesta básica”, que era o que esperávamos inicialmente. As visões destes usuários ficaram restritas ao espaço em que estão inseridos, salvo apenas um que possui uma questão judicial e tem contato com outro profissional da área.

Cabe aqui fazermos algumas considerações das falas dos usuários a respeito do Serviço Social do Educandário. Para melhor entendimento realizaremos um comparativo com as atribuições deste profissional, explicitadas no item anterior, com o que foi colocado pelos usuários a respeito da profissão.

São atribuições do Assistente Social no Educandário Santa Catarina: inscrição para solicitação de vagas; matrículas de alunos novos; rematrículas e desligamentos, onde é preenchido um formulário e realizado uma entrevista, na qual é analisada a condição sócio-econômica de cada família - também são realizados desligamentos, por solicitação da família ou pela observação da frequência das crianças.

Estes processos ocorrem uma vez por ano, onde são distribuídas senhas para as famílias que procuram vagas, já que sempre é um número expressivo. Nestas senhas são marcados dias e horários para a realização da inscrição, como forma de organizar o atendimento. Para a inscrição é realizada uma entrevista com a família e o preenchimento de um formulário com dados dos familiares e das crianças.

Depois de todas as entrevistas realizadas, são pré-selecionadas as famílias por critérios de renda e a partir da análise das fichas e das entrevistas. As entrevistas são realizadas tanto pela Assistente Social e estagiárias, quanto pela Pedagoga, num trabalho interdisciplinar. Tais profissões em todo processo de trabalho no Educandário buscam a realização de um processo conjunto por um mesmo fim, como afirma Amaro (1997) apud Souza (2001)

No momento em que apreendemos que o campo da educação é um espaço onde o Profissional de Serviço Social pode contribuir, percebemos que é possível uma articulação entre as áreas da Educação e do Serviço Social à medida em que temos teorizado de que Educadores e Assistentes Sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes: ambos têm na escola seu ponto de encontro. Podemos, assim, acenar para uma possível prática interdisciplinar se considerarmos a Educação como práxis que se realiza concretamente na escola, e o Serviço Social como disciplina profissional que tem nas relações sociais seu objeto de atenção e faz da prática sócio-educativa o eixo básico de sua intervenção (p.02).

Após o processo das entrevistas são realizadas visitas domiciliares com o objetivo de melhor conhecer a realidade da família, e, assim, selecioná-la ou não. Isso se dá pelo fato de a demanda ser muito maior que as vagas disponíveis. No entanto, é um fato externo ao profissional e também à Instituição, pois é, de acordo com Iamamoto (2001), consequência da falta de estruturação dos equipamentos sociais que não atendem toda a demanda que tem direito ao serviço. A mesma autora ainda coloca que

deriva daí a existência e exigência da 'triagem' ou 'seleção sócio-econômica' e das 'visitas domiciliares' em que o Assistente Social é chamado a exercer a função de 'fiscalizador da pobreza', comparando-a com dados objetivos, evitando que a instituição caia nas 'armadilhas' da conduta popular de 'encenação da miséria' (IAMAMOTO, 2001, P.101)

Destacamos como atribuição, também, o Projeto Trocando Conhecimentos na qual são realizadas mensalmente reuniões com os pais, com o objetivo de discutir e refletir sobre temas que possibilitem a garantia dos direitos sociais dos sujeitos envolvidos, e ainda, de integrar a família ao trabalho da Instituição.

No que se refere à reunião de pais, o Serviço Social realiza um trabalho conjunto com as Coordenadoras Pedagógicas. Essas reuniões ocorrem mensalmente, a partir de um cronograma pré-estabelecido no início do ano letivo. O Assistente Social nesse processo tem como papel a mobilização das famílias, bem como o acolhimento, cabendo a coordenação da reunião à Pedagogia. Percebe-se que todos os usuários entrevistados afirmam que procuram participar das reuniões, tendo como intuito conhecer o desenvolvimento da criança na creche.

As reuniões são um importante elo entre famílias e Instituição, sendo por meio delas que os familiares passam a se aproximar mais da rotina da creche, conhecem o trabalho dos professores, acompanham o desenvolvimento escolar das crianças e, além de tudo, podem contribuir para a melhoria do trabalho, por meio de discussões levantadas.

No Educandário, como em outras instituições, a mobilização e a sensibilização para a participação das atividades é um processo difícil. Aos poucos, por meio de uma nova conscientização da importância da família na creche e também através do controle de frequência dos responsáveis, busca-se obter uma melhor participação. Sobre esta relação família/instituição, Hadad (1991) apud Andrade e Andrade (2006) nos afirma que

novas formas de relação com as famílias tornam-se necessárias diante da política de educação infantil, que ao legitimar as creches como instituições educativas reconhecem o direito das famílias às instituições, ou seja, de usufruírem de espaços coletivos com os quais possam compartilhar os cuidados e a educação das crianças (...) creche e família 'são instituições que se complementam e assim devem ser compreendidas' (p.04).

O Serviço Social no Educandário realiza ações sócio-educativas, de acordo com “compromissos ético-políticos da Instituição na perspectiva da defesa, garantia e efetivação dos direitos das famílias, crianças, professores e funcionários do Educandário” (Fraga, 2005, p.27). E, também, o Projeto Orientação onde é realizado atendimento psico-social com famílias e colaboradores.

Foi bastante citado nas entrevistas o Assistente Social como aquele profissional que “chama a família para conversar quando tem problema” ou “aconselha as famílias”. O trabalho que o Serviço Social realiza com as famílias é sócio-educativo⁹, ou seja, as professoras, que são as profissionais que estão em contato direto com as crianças, repassam ao Serviço Social situações que elas identificam como afetando o desenvolvimento da criança.

A partir disso, o Serviço Social analisa com as mesmas a situação e vê a necessidade de chamar a família para atendimento, tanto para deixá-la ciente da situação, quanto para uma possível orientação. Muitas vezes, quando é identificado que a situação não é competência do Serviço Social, esta é encaminhada ao devido profissional, como a Pedagogia ou a Psicologia. Nesse caso, embora a Instituição não disponha desse último profissional, foi firmado um convênio com uma clínica que atende crianças do Educandário.

Ressaltamos nesse processo as ações do Serviço Social na criação de uma Rede de Apoio, na qual o profissional atua na “construção” de parcerias para os trabalhos na instituição. Foram firmados convênios com as Clínicas Viver e Movimento, com Psicólogos e Fonoaudiólogos, Laboratório Santa Luzia, entre outros. Tudo isso com o intuito de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade escolar e a garantia de seus direitos básicos.

Devemos deixar claro que existe um cuidado para que o trabalho realizado não se torne numa espécie de “policiamento” das famílias e sim um trabalho que garanta o direito da criança a um desenvolvimento saudável, sem contudo interferir na dinâmica familiar. Em relação a tal afirmação Lima (2004) coloca que

as ações sócio-educativas tanto podem assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-político-cultural, como podem direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e reivindicações dos usuários, ou grupo de usuários, reconstruindo as relações sociais e re-traduzindo os valores ético-políticos, os modos de pensar e agir que condicionam esses sujeitos, contribuindo portanto na defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça; da autonomia e da democracia (p.09).

Relacionamos com esta questão as falas dos usuários que citaram o Assistente Social como aquele que “cuida das crianças” e promove o “bem-estar”. Isso vai ao

⁹ Segundo Lima (2004) as ações sócio-educativas “consistem em um movimento de reflexão entre profissionais e usuários que, através da informação e do diálogo, busca por alternativas e resolutividade para a demanda do usuário” (p.07).

encontro do que falamos anteriormente, da garantia dos direitos das crianças. Todas as ações realizadas pelo Serviço Social no Educandário, bem como pela Pedagogia, em relação às crianças, são pautadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Pini (2006), coloca que atualmente os educadores do Brasil vem buscando novas formas de trabalhar o processo da educação, “a partir da realidade social do educando, por meio do diálogo a respeito da diversidade cultural, proporcionando poder de crítica aos educados; e, dentre outros, proporcionando autonomia e convicção de que a mudança é possível” (p.39).

Nessa perspectiva se dá o trabalho do Educandário em relação às crianças, às famílias e aos seus colaboradores, através do diálogo, da autonomia e do respeito da realidade social de cada um.

Foi identificado por um dos usuários como atribuição do Serviço Social a arrecadação de fundos para o Educandário, em conjunto com outros profissionais, e, a organização de eventos para tal. São realizados eventos como: o Educandário Fest, Café do Educandário e Bazar Solidário.

O Assistente Social, como foi citado, organiza e participa de eventos que visam à arrecadação de fundos para a manutenção da Instituição e melhor atendimento das crianças. O Educandário é uma Instituição filantrópica, que possui diversos convênios, tanto com prefeituras, quanto com empresas privadas. No entanto necessita de recursos de forma a manter um atendimento de qualidade para crianças e colaboradores. Esses eventos, além dos recursos, objetivam trazer as famílias e a comunidade para dentro da Instituição. Este profissional é chamado a atuar em tais questões, pois, de acordo com Iamamoto (2004)

o Assistente Social vinculado, no exercício profissional, a organismos estatais, paraestatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização dos serviços sociais à população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. Do ponto de vista da demanda, o Assistente Social é chamado a constituir-se no agente intelectual de “linha de frente” nas relações entre instituição e população, entre os serviços prestados e a solicitação desses mesmos serviços pelos interessados (p.100).

Durante as entrevistas, nas falas dos usuários, foi citado o fato de o Assistente Social conversar com as crianças. Devemos deixar claro que os atendimentos são realizados com as famílias ou com os responsáveis, as crianças não são chamadas para

“conversar” no Serviço Social. Este trabalho é realizado pelas professoras e/ou coordenadoras quando estas identificam como necessário.

Outro fato foi a questão também citada, de que a Assistente Social orientaria as professoras. Isto também não ocorre, o Serviço Social não interfere nas questões em sala de aula e nem no trabalho das professoras. Esta intervenção ocorre apenas quando a professora identifica alguma situação e repassa ao Serviço Social, daí então ocorre um trabalho em conjunto.

Uma questão importante é a afirmação pelos usuários do seu desconhecimento sobre o trabalho do Assistente Social. Todos eles citaram ações e processos que ocorrem no cotidiano da Instituição, porém, não sabem exatamente quem é este profissional. Confundem a Pedagoga com a Assistente Social. Ora, destacamos que o trabalho é interdisciplinar, no entanto, neste processo, é necessário que cada profissional possa voltar ao seu “âmbito disciplinar”, ou seja, como citam Melo e Almeida (1999)

é necessário que o profissional envolvido em trabalhos interdisciplinares funcione como um pêndulo, que ele seja capaz de ir e vir: encontrar no trabalho com outros agentes, elementos para a (re)discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes ao seu âmbito interventivo, os conteúdos possíveis de uma atuação interdisciplinar (p.235).

Observa-se que a intervenção do Assistente Social no Educandário, “se concretiza em momentos que [são sinalizados] os limites da escola no trato de certas questões e situações que possam se concretizar no cotidiano desta instituição social” (Souza, 2002. P.3). De acordo com a mesma autora, quando a escola passa a ter que lidar com questões que vão além do seu alcance, diga-se, expressões da questão social, em detrimento do processo de ensino-aprendizagem, o Serviço Social é chamado a intervir em articulação com os educadores. Backhaus (1992) apud Lopes (ca 2006) coloca que

os profissionais precisam fazer troca de saberes e de intersubjetividades para a realização da prática, pois quanto maior a integração do grupo, a busca de conhecimentos e a realização de um trabalho unificado, maiores serão as condições de intervir na realidade escolar, confrontar e solucionar os problemas nela encontrados (p.07).

Desse modo, mesmo que o trabalho ocorra de uma forma interdisciplinar Serviço Social/Pedagogia, é necessário que este profissional se faça visível diante dos usuários pelo que desenvolve e que o trabalho se dê de forma a não só atuar em questões imediatas/emergenciais, mas que seja algo constante e que possa trazer

resultados a longo prazo. Podemos citar como exemplo, grupos de discussões sobre situações recorrentes com as crianças, não só na reunião de pais, no caso do Educandário, que acaba tornando-se um espaço de tempo muito curto para o trabalho pedagógico e do Serviço Social.

Trazer a família para dentro da Instituição, criar um elo, construir uma cumplicidade deste profissional com essas famílias e também com outros profissionais da Instituição, como já ocorre, é de extrema importância para que o trabalho ocorra na direção da efetivação dos direitos da criança. Promover encontros conforme colocado num dos projetos do Serviço Social na Instituição, e, que não apareceu em nenhuma das falas dos usuários, que é o Projeto Pais na Escola, na qual juntamente com as reuniões, é organizado o Dia da Família na Escola, tendo como objetivo integrar os pais no cotidiano escolar, é de extrema importância.

Porém, o “desconhecimento” do profissional, não só no Educandário, mas também pela sociedade em geral é fruto da própria postura da maioria dos Assistentes Sociais diante da profissão, uma postura de subalternidade. Este profissional deve buscar socializar informações sobre a sua atuação, pois, a cada dia com a ampliação das expressões da questão social demanda-se e exige-se mais do Assistente Social, sendo necessário, então, a este profissional tornar-se visível diante daqueles que possam vir a usufruir dos seus serviços. O Código de Ética do Assistente Social, no seu Artigo 5º, que aborda os deveres deste profissional na relação com os usuários, corrobora esta afirmação:

- a. contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste código;
- c. democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- (...) f. fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardando o sigilo profissional;
- (...) h. esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional. Assim, destacamos que é responsabilidade do profissional socializar informações a respeito da profissão e fazer-se visível, e não apenas do usuário procurar informações sobre o Assistente Social.

Tais atribuições vão ao encontro da necessidade, já afirmada, da visibilidade do Assistente Social e das suas ações diante dos usuários, quando colocamos aquelas atribuições que são especificamente voltadas aos usuários dos serviços do Educandário e que não foram citadas pelos mesmos nas entrevistas. Destacamos o Projeto “Gerando Oportunidades”, que visa oferecer às mães de crianças que estão fora do mercado de trabalho, ou que queiram complementar sua renda, um curso de artesanato. Citamos também o Mural Fique por Dentro, que tem o intuito de informar toda a comunidade escolar sobre assuntos diversos, como violência, vagas de emprego, etc. Toda semana são colocadas novas informações, com exceção dos empregos, que são atualizados de acordo com os classificados dos jornais. Além dessas atribuições, não foi mencionado tanto a atuação com os colaboradores, quanto a supervisão de estagiários, embora sejam importantes, de forma indireta, para o trabalho com as famílias e as crianças.

Acreditamos na necessidade da ampliação do espaço de trabalho deste profissional no Educandário, embora tenhamos conhecimentos dos escassos recursos da Instituição para contratação de novos profissionais. Realizamos tal afirmação à medida em que percebemos a grande demanda no Educandário, e, no sentido de que essa ampliação possa dar mais qualidade ao trabalho e torná-lo mais visível diante dos usuários.

Ressaltamos que a imagem do Serviço Social não é desprovida de processos históricos, ou seja, a profissão é vista hoje, também pela forma na qual foi se moldando desde o seu surgimento, influenciada por processos econômicos, políticos e sociais. E, sua constituição no âmbito escolar, também foi influenciada pela construção da política educacional brasileira, bem como da própria imagem da profissão. Assim, destacamos no próximo capítulo o processo histórico de construção da política educacional brasileira, bem como a inserção do Serviço Social na educação.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

2.1 Contextualizando o Serviço Social na Política de Educação no Brasil

De acordo com Ribeiro (1994), os portugueses quando para cá vieram procuraram preservar sua cultura impondo-a ao povo que aqui habitava, o que condicionou a evolução da Educação no Brasil. Pinto (1986) afirma que o primeiro apontamento na área da educação brasileira, foi por intermédio dos jesuítas, que divulgavam o cristianismo, a “cultura européia”, difundindo valores morais e espirituais, por meio de colégios e seminários.

A economia brasileira era voltada para a produção para o comércio europeu, propiciando lucro para a metrópole portuguesa. A sociedade colonial era formada basicamente por senhores de engenho, latifundiários, os funcionários da coroa portuguesa (elite) e escravos (classe subalterna). Assim, nesse período, não havia preocupação com a escolarização da “classe subalterna”, somente das elites. Desse modo, o sistema educacional, de colégios e seminários sob responsabilidade dos jesuítas preenchia “perfeitamente as necessidades educacionais que a vida econômica da época impunha” (PINTO, 1986, p.57)..

Com a vinda da família real para o Brasil, ocorreram modificações políticas, econômicas e sociais. A abertura dos portos brasileiros trouxe novas necessidades. Era necessário “novos quadros técnicos e administrativos para atender à demanda dos serviços criados”(PINTO, 1986, p.58). Por este motivo criaram-se escolas técnicas e academias, que tinham o intuito apenas de profissionalizar.

Com a Independência e a nova Constituição, começa-se a pensar num sistema educacional que garantisse escola primária, secundária e até universidades. Porém, não era algo prioritário, pois a qualidade dos cursos, segundo Pinto (1986) deixava a desejar.

Em relação à educação secundária, que tinha como objetivo preparar os jovens que almejavam futuramente tornarem-se bacharéis, de acordo com Pinto (1986) “limitou-se à ampliação das aulas avulsas e particulares de latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio, mas sem a devida fiscalização do Estado” (p.59).

Por volta de 1860, a iniciativa particular começa a aparecer no que concerne à educação, quando “praticamente assumiu a responsabilidade sobre o ensino secundário” (PINTO, 1986, p.59).

O Estado preocupou-se apenas em manter as instituições consideradas como padrão, fundando poucas escolas entre 1889 e 1930. Destaca-se nesse período a criação do Ministério da Educação, Correios e Telégrafos, com pouca duração, sendo a questão da educação atrelada ao Ministério da Justiça.

Por volta de 1916 o Brasil já tinha 16 faculdades de Direito, mostrando a intensa cultura do “bacharelismo” como meio de ascensão social. Porém, esquecia-se do fato que a sociedade era “essencialmente ligada à agricultura, o que vem demonstrar a falta de sensibilidade às reais necessidades da sociedade brasileira” (PINTO, 1986, p.60). Tudo isso demonstrava que, continuava os mesmos valores da época imperial, onde não havia vinculação entre a educação e o trabalho.

Com a chegada da década de 1920, vigorou a idéia de que a escolarização deveria atender às transformações sociais, o que, segundo Pinto (1986) “levou a um entusiasmo pela educação e um otimismo pedagógico” (p.60). Preocupou-se com a ampliação da escola primária, já o ensino secundário continuava com seu caráter elitista.

Ribeiro (1994) coloca que, nesta época, iniciou-se um “movimento de renovação educacional inspirado na Nova Escola européia” (p.06). Com isso, várias reformas começaram a surgir com o intuito de ampliação do sistema educacional. Mas, com a constante insuficiência das verbas que eram repassadas para a educação e o dilema que era sentido pelos educadores de “atender menos e melhor, ou mais e pior (...) em decorrência do modelo econômico vigente” (p.06), a educação continuava a ter um caráter extremamente elitista.

Em 1924 é criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que era constituída por diversos profissionais, como intelectuais, educadores, políticos, etc., sendo um grande marco para as discussões dos problemas relacionados à educação.

A década de 1930, no Brasil, foi marcada pela crise da superprodução do café, havendo uma grande queda dos preços. O presidente Getúlio Vargas, não deixou de atender ao interesses da burguesia, sem, porém, tentar evitar um “colapso da economia cafeeira, pois a considerava fundamental e insistia na necessidade de incentivar as atividades agrícolas” (PINTO, 1986, p.61). A substituição de importações causou o fortalecimento da burguesia, que acabou por desencadear mudanças tanto no político quanto no social.

De acordo com Pinto (1986) o “progresso tecnológico e dos transportes, o crescimento da população e a elevação de seu padrão de vida, criou condições para a

ampliação do mercado interno” (p.61). Desse modo, o Brasil foi criando uma política de industrialização, por não conseguir suprir suas necessidades de bens de consumo.

Nesse período, passou-se a discutir sobre uma democratização do ensino no país. Apesar da influência estrangeira, oportunizou-se a discussão da educação dentro da realidade brasileira. Foram realizadas diversas Conferências, que tinham por objetivo “criar uma consciência nacional sobre a importância da educação” (PINTO, 1986, p.62). Em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, surgiu com “uma nova proposta pedagógica” e trazendo em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, tendo em vista uma política educacional do Estado. Porém, a medida mais importante foi a criação do *Ministério da Educação*, em 1930, como instituição principal para coordenar as reformas elaboradas na Constituição de 1934.

As reformas tinham o intuito de integrar as escolas primárias, secundárias e o ensino superior, e, ainda, promover um estudo sobre as universidades do país. Além disso foi estabelecido o ensino primário obrigatório e o religioso facultativo. E, com a Constituição de 1937, o ensino profissionalizante.

A partir dos anos 1940, foram criados vários órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, com o intuito de preparar mão-de-obra para a indústria, e, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, objetivando formar mão-de-obra para o comércio. O Estado passa a tomar iniciativa no sentido de receber o apoio da população para o engajamento na guerra, criando a “primeira campanha assistencialista de âmbito nacional, que tomará forma por meio dessas grandes instituições assistenciais” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2001, p.245), incluindo a Legião Brasileira de Assistência – LBA e a Fundação Leão XIII, como forma de controle social.

Nesse período, o movimento operário reorganiza-se para uma luta antifascista¹⁰, além das dissidências oligárquicas e setores médios urbanos em oposição ao atual regime o que acaba culminando na deposição do presidente Vargas em 1945. Com o intuito de manter uma política continuísta, o governo ,

¹⁰ O Fascismo consistiu num “sistema político nacionalista, imperialista, antiliberal e antidemocrático, liderado por Benito Mussolini (1883-1945). (...) O fascismo no Brasil se fortaleceu com a criação da Aliança Integralista Brasileira, com a Revolução de 30 e a ascensão ao poder de Getúlio, com tendências fascistas. Também, muito próxima do fascismo ficou a Constituição e a ideologia do Estado Novo, a partir de 1937 (HISTÓRICO ...2007). Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as pressões populares contra Getúlio Vargas aumentaram, pois vivia-se uma situação ambígua no país: “lutávamos no exterior contra o fascismo, enquanto internamente vivíamos um regime nele inspirado” (COSTA e MELLO, 1996, p.263)

[procurou] adaptar-se à nova situação interna e internacional e [buscou] atrair para sua órbita o movimento popular democrático e antifascista, no sentido de viabilizar um processo de transição que mantivesse no essencial o modelo de dominação (IAMAMOTO E CARVALHO, 2001, p.246).

É importante ressaltar que essas grandes instituições sociais abriram caminho para o desenvolvimento do mercado de trabalho para as profissões de “cunho social”, proporcionando “o desenvolvimento rápido do ensino especializado de Serviço Social” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2001, p.249).

A primeira das instituições assistenciais da época foi a Legião Brasileira de Assistência, que surge por meio da iniciativa privada, logo após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de prover as famílias daqueles que foram convocados para a Guerra.

Iamamoto e Carvalho (2001), afirmam que a Legião Brasileira de Assistência

procurará granjear e canalizar apoio político para o governo, movimentando sua ação assistencialista. Nesse mesmo sentido sua organização estará profundamente ligada ao preço a ser pago pelo esforço de guerra – evidente queda do poder aquisitivo do proletariado e pequena-burguesia urbana – e às profundas transformações decorrentes do colapso do comércio internacional, que acelerarão o processo de aprofundamento do capitalismo (p.251).

A LBA será de grande importância para a expansão e institucionalização do Serviço Social, proporcionando a ampliação das obras assistenciais, além do “incentivo” à formação de profissionais da área. Mas, o que se pode perceber, foi que ocorreu um aumento quantitativo da assistência social, sem, contudo, acontecer um aumento qualitativo da assistência oferecida.

Já no que se refere ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, tinha o objetivo, segundo Iamamoto e Carvalho (2001), “de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários” (p.253). Nesse sentido, tornou-se um meio de “qualificação da força de trabalho industrial”, na qual o Serviço Social logo incorporou-se, com novos processos de práticas de caso e de grupo.

Desse modo,

o Estado assume progressivamente a educação elementar da população, assim como financia atividades educacionais profissionalizantes e subvenciona outras, de caráter privado, que se

destinam a esse fim, no sentido de prover as necessidades de curto e médio prazo (IAMAMOTO E CARVALHO, 2001, p.255).

O que se percebe com a criação do SENAI, é que esta instituição passa a constituir-se como um meio de conduzir, com o apoio do Estado, as novas necessidades geradas pelo aprofundamento do capitalismo, em face às novas expressões da questão social.

O surgimento do Serviço Social da Indústria – SESI -, em 1946, como ressalta Iamamoto e Carvalho (2001), mostra um setor industrial mais organizado, que visava a melhoria das condições de vida do trabalhador assalariado, por meio, de um controle maior dessa população.

O Estado passa aos empresários a responsabilidade pelo “bem-estar” dos trabalhadores, através da assistência oferecida pela Instituição. O que se mostra mais evidente nesse momento, através do SESI, é uma forma de “reprimir” o movimento operário, contendo-o através de benefícios assistenciais, o que Iamamoto e Carvalho (2001) colocam como um “instrumento político-repressivo” (p.282).

A Fundação Leão XIII, também de 1946, é criada com o intuito de promover uma “educação popular” das classes trabalhadoras e das populações das favelas no Rio de Janeiro, disciplinando o seu tempo livre. Essa iniciativa tinha como objetivo principal, barrar o avanço do discurso comunista junto a essas populações. Foram criados Centros de Ação Social – CAS – que ofereciam serviços diversos. Iamamoto e Carvalho (2001), mostram que além dos serviços de saúde, eram oferecidos:

Serviços de Casos Individuais (matrícula, triagem, inquéritos, visitação, seleção, orientação e tratamento), Auxílios (assistência jurídica, encaminhamento – emprego, situação civil, hospitais, etc. – caixa beneficente, creche, merenda escolar, etc.), Recreação e Jogos (adultos e crianças) e Educação Popular (p.284)

O elemento central de atuação do Serviço Social era a educação das classes populares, que, nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2001) “ visava libertar das *trevas da ignorância* as classes populares deixadas à margem do ensino” (p.286). Pensava-se então que,

a educação – mesmo que se reduzisse na prática a uma semi-escolarização, em que se ministravam rudimentos da cultura oficial – aparece como uma compensação e uma possibilidade de *promoção*

social através do esforço continuado da ação individual (IAMAMOTO E CARVALHO, P. 286).

O analfabetismo nessa época, será colocado como o principal causador da marginalização dessas populações, sendo necessário, como já citado anteriormente, a necessidade de escolarização como forma de possibilitar uma “promoção social”. Iamamoto e Carvalho (2001), explicitam essa assertiva afirmando:

Afastando-se em seu conteúdo global da educação formal – apesar de incorporá-la em seus programas – o projeto de educação popular da Fundação Leão XIII assume o sentido de *levantamento moral* das populações faveladas. Projeto ao qual não é estranha – dentro do quadro da nova conjuntura política existente – a perspectiva do controle de massas semi-escolarizadas, tendo em vista a necessidade de legitimação do poder via processo eleitoral (p.287-288).

Vê-se a partir daí que a intenção era apenas educar a população *desviante*, para controlá-la, evitando uma proliferação da cultura comunista, e, disciplinando com o objetivo de torná-la legitimadora do poder vigente.

Com a promulgação da Constituição de 1946, voltaram os debates a respeito do sistema educacional, “centrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se prolongaram até 1961, quando afinal foi sancionada” (PINTO, 1986, p.64). O debate em torno da LDB, tinha a finalidade de conscientizar o poder político sobre os problemas do sistema educacional brasileiro.

Essa lei estabeleceu que a educação poderia ser ministrada tanto pelo setor público, quanto pelo privado nos diversos níveis, deixando de ser obrigatório o ensino primário com gratuidade. O Estado também poderia cooperar com a iniciativa privada, com bolsas de estudo. A LDB (1960) foi a iniciativa mais importante tomada pelo Estado no que se refere à educação até o momento.

Já na década de 1960, quando o Brasil estava mergulhado numa crise, com aumento da inflação, queda do crescimento econômico, queda do poder aquisitivo e um panorama político extremamente confuso, a situação do sistema educacional não era diferente. Assim, exigiu-se, através de diversos movimentos como, o Movimento de Educação de Base (MEB), Movimentos de Cultura Popular (MCP) e dos Centros de Cultura Popular (CCP), uma reforma de base.

Com o surgimento desses diversos movimentos populares, as lutas políticas passam a criticar as formas de organização da sociedade, colocando a reformulação do

sistema educacional, como possibilidade de superação da marginalização recorrente (RIBEIRO, 1994).

Pensava-se na “adequação de métodos pedagógicos que colaborassem para essa preparação do povo (...) combinava-se a alfabetização e a educação de base (...) preservando-se, sobretudo, a difusão da cultura popular”(PINTO, 1986, p.66).

O educador Paulo Freire começa a destacar-se na época com “um novo método de alfabetização, visando um processo de conscientização e participação política através da aprendizagem das técnicas da leitura e da escrita” (PINTO, 1986, p.66).

O presidente João Goulart, em 1962, anuncia o Plano Nacional da Educação, que disponibilizaria recursos para a área, conforme estabelecido na LDB. Com o golpe de 1964, o sistema educacional tomou outra direção.

Um novo modelo econômico e político, centralizador, foi imposto à sociedade brasileira, que tinha o objetivo de garantir os interesses internacionais e de grandes grupos econômicos.

Pinto (1986) afirma que, em 1964, quando Castelo Branco, assumiu o governo, a educação tornou-se um “instrumento de disciplina e controle social” (p.68). Este estabeleceu diretrizes, como “o ensino primário obrigatório e gratuito, o fim da separação, no nível médio, dos estudos acadêmicos, (...) ao nível universitário o incentivo à iniciativa privada” (p.68). Estabeleceu também o salário educação, que consistia no pagamento de 2% de cada trabalhador, sendo pago pela empresa, para a educação.

Nesse período, ocorreu um crescimento da demanda social da educação, a partir da necessidade de adequação ao novo regime. Nos governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, a educação foi prioridade no sentido de ser um fator de desenvolvimento econômico.

Entre 1964 e 1968 o Ministério da Educação - MEC assinou vários convênios, um especificamente com a AID (*Agency Instrumental Development*), com o objetivo de “reorganizar” todo o sistema educacional brasileiro. Porém, esse convênio acabou beneficiando os interesses estrangeiros, através do controle exercido no conteúdo geral.

Esses convênios foram as bases que definiram a reforma do sistema educacional brasileiro. Tais reformas tinham como objetivo “transformar o sistema escolar de tal modo que a escola primária fosse completada pelo primeiro ciclo da escola de nível médio (...) o segundo grau deveria dedicar-se sobretudo à formação profissional” (PINTO, 1986, p.69).

Já a reforma do ensino superior surgiu após diversos protestos de setores universitários e movimentos estudantis. Desse modo, foi votado (em regime de urgência), o anteprojeto da reforma universitária, que transformou-se na Lei nº 5.540, de 20 de novembro de 1968.

No ano de 1969, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com o intuito de erradicar o analfabetismo, considerado a vergonha nacional. Ribeiro (1994) afirma que a partir do momento que o país começa a se desenvolver numa base “urbano-industrial” ocorreu uma preocupação com a questão do analfabetismo, pois a leitura e a escrita passaram a tornarem-se importantes. As mudanças na sociedade exigiam solução para este problema.

Os acordos e convênios firmados pelo Ministério da Educação - MEC, só reforçaram os interesses americanos. A valorização da educação nesse período, tinha a intenção de assegurar a “inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, através da criação de uma força de trabalho capaz de atender aos objetivos do desenvolvimento econômico” (PINTO, 1986, p.70).

Percebe-se então, que só se estabeleceu no Brasil uma “política educacional” a partir de 1964, pois

o Estado assumiu seu papel de condutor dos rumos do sistema educacional, vinculado ou intrinsecamente alinhado à política econômica, conferindo à educação, o papel de reprodutora contraditória da estrutura de classes, da estrutura de poder, bem como reprodutora da força de trabalho (PINTO, 1986, p.71).

Durante o Estado autoritário, a educação passa a ser um artigo de consumo, com a finalidade de atender o mercado extremamente exigente. Assim,

educação é investimento, porque, preparando para o trabalho, ajuda a promover o desenvolvimento que se almeja. Ao mesmo tempo, deve ser mantida sob controle, para que a força de trabalho só alcance os níveis de qualidade e quantidade desejados (PINTO, 1986, p.72).

A educação é utilizada pelo capitalismo como meio de regulação para satisfazer as suas próprias necessidades. Desta forma, o Estado, propõe o ensino que lhe convém. Cabe ressaltar o importante papel da universidade para o capitalismo, pois a “ela foi destinada uma participação efetiva no desenvolvimento nacional” (PINTO, 1986, 73).

Aos poucos, o Estado foi se esquivando de arcar com o ensino superior, deixando que a iniciativa privada fosse tomando espaço, o que gerou uma grande crise. Em 1968, a partir da Reforma Universitária tomou medidas que visavam adequar esta ao modelo econômico vigente, e, para que isso acontecesse, o repasse de verbas foi reduzido.

Porém, os altos custos do ensino superior particular geraram um grande descontentamento, e as pressões pelo ensino gratuito só foram sanadas devido à criação do crédito educativo.

Assim, segundo Pinto (1986) o que se pode perceber é que

a política educacional brasileira assume, nos anos 80, um caráter de verdadeira perversidade para o futuro do jovem brasileiro (...) Só o esforço para que a informação correta, honesta, chegue ao estudante, através do esforço da educação para a conscientização, libertação e transformação no seio da escola capitalista pode desencadear um processo de superação da ordem vigente na educação”(p.78).

Em 1988, de acordo com Ribeiro (1994) a promulgação da nova Constituição possibilita o surgimento de alguns dispositivos que permitiriam avanços no desenvolvimento da educação. Citamos por exemplo, o estabelecimento de Planos de Carreira para os profissionais da educação, e, o piso salarial para a rede pública além do regime de colaboração entre as esferas governamentais na organização do ensino. A Nova Constituição estabelece o ensino médio como obrigatório e gratuito, contudo, destaca-se o não comprometimento do Estado com o mesmo. Como evidenciamos no Artigo 208,

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Os debates sobre a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases que atendesse a atual realidade do país, aconteceram ainda durante a discussão da nova

Constituição, no capítulo que se refere à educação. Porém, foi após a promulgação da Constituição de 1988 que esses debates intensificaram-se, como afirma Gadotti (2000), “foram três anos de trabalho e negociações que envolveram partidos, fóruns de entidades científicas, sindicatos, centrais sindicais, entidades profissionais e numerosos educadores” (p.85).

Ainda em 1988, foi apresentado pelo deputado Octávio Elísio o primeiro projeto para a LDB, sendo que depois deste seguiram-se outros onze projetos, que tiveram a contribuição de diversas entidades. Já em 1989, foi apresentado o “primeiro substitutivo pelo relator da Comissão de Educação, deputado Jorge Hage, incorporando inúmeras idéias dos projetos anteriormente apresentados” (GADOTTI, 2000, p.85).

A partir daí o projeto de lei passou por uma longa tramitação no Congresso Nacional, recebendo 1200 emendas que reuniram “num texto de consenso” que foi aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado. Foi aprovado, porém, um novo texto apresentado pelo senador Darcy Ribeiro, que, de acordo com Gadotti (2000) “não havia sido discutido com a sociedade” (p.85). Essa aprovação causou diversos descontentamentos, principalmente dos parlamentares que elaboraram o primeiro texto apresentado e de educadores.

Desse modo, a Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, ficou conhecida como *Lei Darcy Ribeiro*, devido ao parlamentar que apresentou esse novo texto, e, também, como *Constituição da Educação*.

A nova LDB, de acordo com Gadotti (2000) propôs “mudanças e avanços efetivos, mas não deixa claras nem a metodologia, nem as condições necessárias e as obrigações, tanto do Estado quanto da sociedade para pôr em marcha essas mudanças” (p.85). O mesmo autor destaca pontos positivos em relação à formação de professores: exigência de nível superior para professores do ensino básico; os *Planos de Carreira* que devem assegurar “piso salarial profissional, (...) progressão funcional, (...) período reservado à estudos”(p.87); destaca também o *Regime de Colaboração*, na qual fica ao encargo dos Estados e Municípios a organização dos seus sistemas de ensino, cabendo à União a coordenação e ao Ministério da Educação o papel de “articulador dos diferentes níveis de ensino” (p.88).

Gadotti (2000) destaca ainda, a “regulamentação da educação infantil ao sistema de ensino. Até [o momento] as chamadas escolinhas de educação infantil não tinham qualquer controle” (p.89).

O Senador Darcy Ribeiro, relator do substitutivo da LDB, afirmava que este “era ‘enxuto, libertário e renovador’, e que o texto da Câmara era ‘corporativo e sectário’. O resultado é que se tem um texto que é *híbrido* – como o anterior, de 1962 – já que, no final, foram incorporadas muitas teses do texto da Câmara” (GADOTTI, 2000, p.90).

A respeito da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação o mesmo autor afirma:

Os educadores, nas suas práticas, e a sociedade, através do seu envolvimento com os problemas educacionais, saberão distinguir o que é mais urgente e necessário e o que é possível fazer com ela. Tem-se certeza de que também o Estado estará atento e aprenderá com esse processo permanente de enfrentamento dos desafios educacionais brasileiros (p.90).

Percebemos então que, a Constituição de 1988 e a LDB, deram uma nova configuração ao sistema educacional brasileiro. Essa realidade exige, hoje, uma qualificação cada vez maior dos educadores, e o engajamento de profissionais que trabalham diretamente com a realidade social, como evoca a Constituição Federal e o conceito ampliado de educação da Lei Nº 9394/96 que dispõe sobre o ensino no país. Abordaremos essa questão no item que segue, mostrando a inserção do Assistente Social nos processos educacionais.

2.2 Educação: Um espaço possível para o Assistente Social

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece as diretrizes e bases da Educação no Brasil nos traz um conceito abrangente de educação, em seu Título I (Da Educação), que diz,

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social

O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, atua como agente nos processos familiares, convivência humana, movimentos sociais, sociedade civil organizada e também manifestações culturais, ou seja, na vida cotidiana. É competência desse profissional viabilizar o acesso aos direitos sociais, garantindo o direito à educação como é previsto na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Afirmamos então, que a educação, especificamente a escola, tem o papel de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, proporcionando uma formação que possibilite tanto a entrada no mercado de trabalho, quanto a democracia, por meio da reflexão da realidade e emancipação dos sujeitos. Ribeiro (1994), coloca que “não é a escola que constrói a democracia, mas esta não se fará sem a contribuição da escola” (p.17), mostrando a importância desta na construção da cidadania¹¹.

Compreendemos com isso que o Serviço Social e a educação estão intrinsecamente ligados, pois, ambos estão comprometidos com a construção da cidadania, e com a busca constante da efetivação de direitos civis, sociais e políticos dos sujeitos. Sobre essa questão da atuação profissional Iamamoto (2001) nos mostra que,

colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microações cotidianas que compõem o seu trabalho (p.78).

Nas palavras de Camardelo (1994), “a escola e o Serviço Social estão muito próximos. Ambos trabalham diretamente com a educação, com a consciência, com a possibilidade de os homens tornarem-se autônomos, cidadãos conscientes”(p.156).

Dessa forma, Souza (1984) apud Ribeiro (1994) aborda que, o

¹¹ Gadotti (2000) concebe cidadania como uma consciência dos direitos e dos deveres de democracia, afirmando também que “não há cidadania sem democracia” (p.85). Nessa linha, o mesmo autor coloca que a democracia fundamenta-se em três direitos: *direitos civis*, como segurança e locomoção; *direitos sociais*, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc.; *direitos políticos*, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc. (p. 38)

Serviço Social Escolar tem por objetivo geral contribuir para que o processo educacional corresponda aos direitos, necessidades, e melhores condições de vida e de trabalho da população abrangida pela ação da escola e assim, cumprir plenamente suas finalidades de formação e transformação social (p.63).

O Serviço Social na sua prática cotidiana estabelece ações que vão ao encontro da idéia supracitada, na busca constante da emancipação dos sujeitos. Desse modo, possui um *posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática*, princípio este colocado no Código de Ética Profissional.

Assim, o Assistente Social tem como papel, no espaço escolar, além de viabilizar o acesso, buscar constantemente a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, acompanhando o seu desenvolvimento e intervindo em questões que possam afetá-lo, tanto no âmbito familiar, quanto escolar. Cabe ressaltar que esse profissional atua em aspectos da vida social que influenciam no processo pedagógico, pois sua formação o permite analisar e intervir na realidade social. Camardelo (1994) afirma que o Assistente Social “pode e deve realizar mediações no processo de desalienação, de construção e consolidação da cidadania, na organização da sociedade civil”(p.141). Gerardi (2000) explicita claramente essa discussão na seguinte afirmação:

Cabe ao Serviço Social na área da Educação propiciar o acesso, a frequência e viabilizar melhoria de condições de vida imprescindíveis ao bom desempenho escolar (...) o assistente social é o profissional que se preocupa em promover o encontro da educação com a realidade social, através da abordagem totalizante das dificuldades e necessidades infanto-juvenis. (...) Tal profissional tem sua atenção voltada não só para os problemas sociais que afloram na escola, mas também ao processo de reiteração da pobreza social que atinge as crianças e suas famílias (GERARDI, 2000, p.47).

O que deve ficar claro, então, é que nem a educação, nem o trabalho do Assistente Social, se reduzem ao espaço escolar. De acordo com Gerardi (2000)

A educação não se resume ao aprendizado e à escolarização, ter educação não significa ter em mãos um diploma escolar. Educação é também sinônimo de aquisição de cultura, de conhecimento, de socialização e relacionamento, não se resumindo ao mero ensino. Dessa forma, o assistente social destaca-se como viabilizador de agentes educacionais, como lazer e esporte, como encaminhador de

medidas para resolução de traumas infantis, como violência doméstica e a perda de vínculos afetivos, e também como sistematizador da prática profissional voltada à família, que diretamente influem na qualidade de vida da criança (p.73-74).

Em que pese tal abordagem, no processo histórico de construção do sistema educacional, a escola vem assumindo uma função de “seleção social”, atuando num sentido contrário ao que realmente se esperou e se espera dela como “construtora” de cidadania, qualificando uma minoria e desqualificando uma maioria, pela falta de acesso, a repetência e a evasão, criando uma minoria dominadora e uma maioria dominada e submissa (RIBEIRO 1994), estando em consonância com os processos econômicos.

Para Ribeiro (1994), reverter essa condição, implica um processo de

ruptura histórica, que destrua a educação a serviço dos interesses da minoria (...) para isso, não basta o desenvolvimento da dimensão pedagógica da prática educativa, nem a satisfação e melhoria dos métodos e técnicas, que é a dimensão da competência da prática educativa.(...) É a dimensão sócio política da nossa prática, o nosso compromisso, que orienta, dá sentido e configuração à dimensão pedagógica e a verdadeira função da escola que não é só a transmissão do saber mas sim uma função social que busca a formação do verdadeiro cidadão (p.18)

As questões colocadas diariamente para o Serviço Social trazem consigo uma série de desafios, mostrando a diversidade de espaços em que esse profissional pode e deve estar inserido. A inserção nos processos educacionais exige do Assistente Social um entendimento da realidade escolar, não só de crianças e adolescentes, mas de professores e outros colaboradores no sentido de estar propondo ações que garantam a qualidade de vida de todos, e o desenvolvimento escolar da criança para a cidadania.

De acordo com Iamamoto (2001),

Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões de saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos (p.41).

Essas questões exigem um profissional

qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atividade investigativa, o exercício profissional

cotidiano tem ampliadas possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2001, p.49).

Nas reflexões de Iamamoto (2001), o Assistente Social deve constantemente, estar pensando numa prática comprometida com o seu projeto ético-político, analisando, e propondo novas idéias para enfrentamento das questões que lhe são postas no cotidiano da prática, e não apenas exercendo um trabalho repetitivo e fora da realidade em que este está inserido. Sobre essa questão, Martinelli (1992) apud Camardelo (1994) também afirma que,

para rompermos com a prática rotineira, reduzida, de imitação e partirmos para a construção de uma prática autônoma, consistente, crítica, voltada para o novo, para a transformação, temos de passar necessariamente pelo caminho do espaço conquistado e não apenas concedido; isto se dá com construção de alianças, mediações, no coletivo. Assim poderemos mudar o cenário de nossa prática, dando a real dimensão de uma prática educativa, que contribui para a construção do exercício da cidadania (p.153).

Tais questões vão ao encontro do Projeto ético-político da profissão, em cujos princípios estabelece que a ação profissional deve ser pautada na *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras*.

É por meio da educação, voltada para a emancipação dos indivíduos, que poderemos formar cidadãos críticos que lutem por seus direitos, na busca constante pela mudança do que lhes esta posto, de modo a construir a sua cidadania. Assim, “é preciso que a escola¹² se comprometa a formar o cidadão crítico e organizado” (RIBEIRO, 1994, p.60). Ao Assistente Social, que nesse processo, torna-se o profissional viabilizador desses direitos, Iamamoto (2001), mostra que o maior desafio da profissão atualmente, “é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (p.20).

Cabe destacar que tramitou no Estado de São Paulo um Projeto de Lei que dispunha sobre a inserção do Serviço Social e da Psicologia nas escolas públicas. A

¹² Entendemos a educação numa noção ampliada, contudo, como a abordagem diz respeito à um espaço institucionalizado, a escola aparece como locus privilegiado de educação.

última versão do PL nº837 foi aprovada em 5 de julho de 2005, e, de acordo com Lopes (ca 2006), percebe-se que vêm ocorrendo discussões a respeito da atuação profissional no âmbito educacional e a sua importância. Ressaltamos o Artigo 1º do referido Projeto de Lei:

Art. 1º O Poder Público deverá assegurar atendimento por Psicólogos e Assistentes Sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

§ 1º O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por Psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e por Assistentes Sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

§ 2º Os sistemas de ensino, em articulação com os sistemas públicos de saúde e assistência social, deverão prever a atuação de Psicólogos e Assistentes Sociais nos estabelecimentos públicos de educação básica ou o atendimento preferencial nos serviços de saúde e assistência social a alunos das escolas públicas de educação básica, fixando em qualquer caso número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento.

Segundo Lopes (ca 2006), as autoridades estão percebendo como é importante “a equipe de profissionais técnicos no sistema educacional, em especial o Assistente Social, para a prestação de assistência aos alunos e seus familiares, sendo um intermediário entre a comunidade e a escola” (p.06). O entendimento da educação como um processo que é permeado por diversas expressões da questão social, e que um único profissional não dá conta de esgotar toda a demanda trazida para o espaço escolar, reforça a importância do Assistente Social na escola, como forma de contribuir para que a educação ocorra no sentido de formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos.

Não podemos deixar de refletir sobre a educação como um meio, que, de acordo com Gerardi (2000),

dará instrução para que as crianças futuramente saibam reivindicar os direitos de sua família, impondo ao Estado que lhes conceda programas de qualidade, pondo fim ao descaso comum das autoridades de pensarem ‘políticas pobres para pobres’, (...) a educação pode, assim, ser considerada como forma viável ao combate à exclusão social (p.23).

A educação é sim um meio que possibilitará às crianças e adolescentes de hoje, tornarem-se os adultos que, futuramente, terão uma nova consciência de cidadania e de

democracia, e, assim poderão lutar pela possibilidade de uma vida mais digna, por meio da efetivação dos seus direitos como cidadãos.

3 CONSIDERAÇÕES

Nossa intenção com este trabalho foi discutir e refletir sobre o Serviço Social educacional como um espaço profícuo de atuação profissional, que, no entanto, é pouco evidenciado e reconhecido, não só pelos Assistentes Sociais. Assim, suscitamos uma discussão sobre a educação e o Serviço Social, como forma de desvelar um pouco mais essa realidade. Para tal, buscamos o olhar dos usuários do Educandário Santa Catarina a respeito da profissão neste espaço e de um modo mais geral.

Por meio de revisão bibliográfica, observamos que a construção da política educacional no Brasil ao longo da sua história, foi marcada pela inserção de interesses externos pautados em questões econômicas. A educação esteve condicionada ao desenvolvimento econômico nas diferentes épocas. É somente a partir da promulgação da Constituição de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que a educação passa a ter um conceito amplo, o que permite e exige a atuação de profissionais de diferentes áreas.

O Assistente Social é um destes profissionais, pois, é aquele que vai trabalhar diretamente com a garantia dos direitos das crianças tanto no acesso, quanto em questões que envolvam o cotidiano escolar e outras que envolvam o desenvolvimento da criança. A escola, por si só, não dá conta de toda a gama de situações que aparecem no seu âmbito e que afetam diretamente o desenvolvimento da criança, bem como o processo ensino-aprendizagem.

O Serviço Social é chamado tanto para a intervenção, num trabalho interdisciplinar com a pedagogia, das questões escolares, mas também no âmbito que excede este espaço. Este profissional atua na realidade das crianças.

Tanto a Educação, diga-se aqui a escola, quanto o Serviço Social, têm objetivos comuns. Ambos trabalham diretamente na criação de uma nova consciência e da emancipação dos sujeitos, ou seja, voltam seus trabalhos para a construção de sujeitos críticos, conhecedores de seus direitos e que possam transformar a realidade que hoje está colocada. Tal questão remete ao papel tanto da Escola, quanto do Serviço Social de “construtores” de cidadania.

A educação é sim um espaço ocupacional do Assistente Social, pois como já citado, este intervém como viabilizador do acesso, na garantia dos direitos sociais dos

educandos na busca constante de sua cidadania e em questões que possam interferir no desenvolvimento escolar da criança.

Assim, podemos compreender que o trabalho realizado pelo Serviço Social no Educandário Santa Catarina vai ao encontro de tal processo. Como nos coloca Iamamoto (2004), o Assistente Social é um profissional de “linha de frente”, que busca sempre ter as suas ações ancoradas no projeto ético-político da profissão, no Estatuto da Criança e do Adolescente, intervindo de forma interdisciplinar para a realização de um trabalho mais global. O Serviço Social da mesma Instituição tem seu trabalho baseado em ações sócio-educativas, que tem o objetivo de junto com os sujeitos estar construindo alternativas na garantia e a defesa dos direitos das crianças que usufruem do serviço do Educandário, como forma de garantir sua cidadania.

Identificamos, porém, por meio da pesquisa, que falta ao Serviço Social ações que o tornem visível perante seus usuários. O desconhecimento do Assistente Social no seu espaço ocupacional é algo que poderia ser trabalhado por meio do desenvolvimento de ações de reflexão sobre este espaço e esclarecimentos sobre a profissão.

Colocamos como sugestão a organização de reuniões com as famílias e colaboradores para esclarecimento sobre o trabalho do Assistente Social (mostrando o que é competência desse profissional, os projetos desenvolvidos no ESC, etc.). Além disso, a formação de grupos com as famílias para reflexão do trabalho realizado na instituição, bem como a discussão de situações recorrentes com as crianças, seu desenvolvimento escolar, etc., onde o Serviço Social se faria presente. A partir disso, poderíamos dar o primeiro passo para um trabalho mais global, que pudesse abranger um maior número de usuários no ESC.

Dessa forma, estaríamos dando um pouco mais de visibilidade ao trabalho profissional, contrapondo-se à visão colocada pelos usuários a respeito do trabalho do Assistente Social no Educandário Santa Catarina. Foram citadas atividades emergenciais como a matrícula (na qual ocorre entrevista, visita domiciliar) e a reunião de pais, confundindo muitas vezes a Assistente Social com a Pedagoga, e ainda, como aquele profissional que atua em “problemas” e que “conversa”.

Essa visão, no nosso entendimento não fica restrita ao espaço do Educandário Santa Catarina. Há um grande desconhecimento por parte da sociedade da atuação do Assistente Social, embora, as demandas de trabalho, devido à conjuntura atual, tenham se diversificado e aumentado, exigindo cada vez mais deste profissional.

A estas demandas incluem-se as escolas que denotam um “novo” espaço ocupacional ao Serviço Social. Não queremos dizer que tal profissional vá tomar espaço dos educadores nas suas atribuições, segundo Souza (2002), mas que o Serviço Social torna-se parceiro na medida em que intervém em questões que ultrapassem o âmbito escolar, e, que subsidiem ações também no espaço escolar. Como cita a mesma autora, um “profissional capacitado para colaborar em um processo possibilitador do ‘encontro da educação com a realidade’, da articulação dos problemas expressados no contexto escolar com o real concretizado”(SOUZA, 2002, P.07).

Destacamos a importância deste profissional na educação, para consolidação de mais um espaço ocupacional a ser ocupado pelos Assistentes Sociais, pois, como cita Stoelben (2001) é mais um espaço na qual o Serviço Social pode lutar pela garantia dos direitos das crianças, por melhor qualidade de vida e pela valorização dos sujeitos sociais.

Assim, o espaço ocupado pelo Serviço Social no Educandário Santa Catarina, pode ser um “instrumento” para demonstrar que é possível/necessário a atuação do Serviço Social escolar, visibilizando e desmistificando seu trabalho diante da comunidade escolar ali presente, da sociedade, e dos próprios Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A. R. A.; ANDRADE, L. B. P. **O Serviço Social e as Políticas Públicas para a Infância**: a experiência dos assistentes sociais nas creches de Franca. Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil. Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Dezembro de 2006.

LEI 8662/93. Lei que Regulamenta a Profissão do Assistente Social. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do(a) Assistente Social. Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região (org.) – Diretoria Provisória. 2 ed. São Paulo, 2006.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, lei n.8.242, de 12 de outubro de 1991, e convenção sobre os Direitos da criança, 4 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2003.

_____. Ministério da Educação. **Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2007.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 de maio de 2007.

CAMARDELO, A. M. Estado, educação e Serviço Social: : relações e mediações no cotidiano. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 46, ano XV. p.138-160, abr. 1994.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Resolução CFESS n.273, de 13 de março de 1993. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do(a) Assistente Social. Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região (org.) – Diretoria Provisória. 2 ed. São Paulo, 2006.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A.. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Scipione, 1996. Cap.22.

FRAGA, R. N. **O Serviço Social no Educandário Santa Catarina**: uma proposta de intervenção vinculada ao perfil das famílias atendidas. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GADOTTI, M. Desafios da Escola. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000. Parte I. p.35-81.

GERARDI, D. M.. **Serviço Social e Educação: Uma interface necessária**. Florianópolis: Guarapuvu, 2000. 100 p.

HISTÓRICO do Facismo na Itália e chegada no Brasil Disponível em: <www.saojoseonline.com.br>. Acesso em: 06 maio 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Parte I.

_____, M. V.; CARVALHO, R.. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 3, p. 235-323. [Lima, Peru]: CELATS, 2001.

_____, M. V.. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2004. Parte III.

LIMA, T.C.S. Serviço Social e Intervenção Profissional. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

LOPES, E. M. S. **Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público**. Ca 2006.

MARTINELLI, M. L. **O uso de abordagem qualitativas na pesquisa em Serviço Social: Um instigante desafio**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Ed.). São Paulo, 1994.

MELO, A. I. S. C. e ALMEIDA, G.E. **Interdisciplinariedade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional**. In. módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 1999.p.227 -229.

MINAYO, M. C. S. et al. (Org.). **Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social**. In: **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. Cap. p. 9-29.

MIOTO, R. C. T. **Famílias e Serviço Social**: Contribuições para o debate. In: Serviço Social e Sociedade, nº 55. São Paulo: Cortez, 1997, p.114-130.

_____, R. C. T.. **Perícia Social**: proposta de um percurso operativo. Serviço Social e Sociedade, nº 67, ano XXII. Cortez, especial 2001.

PINI, F. A dimensão educativa da Assistência Social. **Revista Filantropia: Responsabilidade Social e Terceiro Setor**. Edição 23 – Ano V. Zeppelini Editorial Comunicação: maio/junho 2006.

PINTO, R. M. F. **Política Educacional e Serviço Social**. Caminhos da Política Educacional Brasileira: 1964 e os anos seguintes. São Paulo: Cortez, 1986. p.55 – 79.

RIBEIRO, C. M. S. N. **Uma experiência de Serviço Social no Colégio Aderbal Ramos da Silva**. Trabalho de Conclusão de Curso, Ufsc. Departamento de Serviço Social, Florianópolis, 1984. Cap. I. 84p.

SOUZA, I. L. A área da educação é refletida como espaço de trabalho do(a) Assistente Social?. **Trabalho, Direitos e Democracia: Assistentes Sociais Contra a Desigualdade**. . 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____, I.L. **Serviço Social na Escola?** (Re)Descobrimo a Escola Enquanto Área de Intervenção de Assistentes Sociais em Natal /RN. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Novembro de 2002.

STOELBEN, I.C.V. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO. **Trabalho, Direitos e Democracia: Assistentes Sociais Contra a Desigualdade**. 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001

APÊNDICES

APÊNDICE A

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

Formulário
Pesquisa Documental
Perfil 2006

Levantamento do Perfil das Famílias Atendidas no Educandário Santa Catarina em 2006

1) SEXO (criança)

- Masculino:
- Feminino:

2) MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA (família)

- São José
- Florianópolis
- Palhoça
- Não informado

3) TIPO DE HABITAÇÃO (família)

- Própria
- Alugada
- Cedida
- Não informado

4) NÚMERO DE PEÇAS DA RESIDÊNCIA

- 2 a 5
- 6 a 10

- mais de 10
- Não informado

5) TIPO DE MORADIA

- Madeira
- Alvenaria
- Mista
- Não informado

6) CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

- pai/mãe
- pai
- mãe
- avós/tios/responsáveis

7) ESTADO CIVIL DOS RESPONSÁVEIS

- Solteiro
- Casado
- Amasiado
- Separado
- Viúvo
- não informado

8) NÚMERO DE FILHOS

- Um
- Dois
- três ou mais

9) GRAU DE INSTRUÇÃO (responsáveis)

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental
- Ensino médio completo

- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Analfabeto
- Não informado

10) RENDA FAMILIAR

- até um salário mínimo
- entre um e três salários mínimos
- mais de três salários mínimos
- não informado

11) PROFISSÃO

- pai
- mãe
- responsáveis

12) BOLSA FAMÍLIA

- Recebe
- não recebe
- não informado

13) TRANSPORTE DO EDUCANDÁRIO (criança)

- Utiliza
- não utiliza
- não informado

14) NÚMERO DE FAMÍLIAS PESQUISADAS - 408

APÊNDICE B

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa – **O Serviço Social no Educandário Santa Catarina a partir da visão dos Usuários** - cujo objetivo principal é entender a partir do olhar daqueles que são atendidos na Instituição, o trabalho do Serviço Social.

Você foi selecionado (a) e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o entrevistador ou com a Instituição. A pesquisadora assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para a pesquisa, bem como as informações obtidas nesta entrevista, não serão divulgadas de forma a possibilitar sua identificação.

Marineli Fernandes

Endereço do pesquisador: Rua Sebastião Lentz, 187 – Praia Comprida. São José – SC.
CEP 88103750 – Fone: (48)32471443.

Declaro que obtive todas as informações necessárias e que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

Entrevistado (a)

São José, _____ de _____ de 2007.

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Objetivo da Entrevista: Procurar compreender a visão dos usuários do Educandário sobre o Serviço Social, em geral, e a o trabalho profissional na Instituição.

Procedimentos: Após seleção e contato telefônico para convite, esclarecimento e agendamento das entrevistas, os usuários serão recebidos na Instituição. A entrevista transcorrerá da seguinte forma

- Esclarecimento a respeito da entrevista e sobre a finalidade da pesquisa que está sendo realizada. Será entregue ao entrevistado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, para que este leia e assine, mostrando que está ciente de todo o processo.
- Em seguida daremos início à entrevista aberta, tendo como questões norteadoras:
 - ➔ O que você entende quando se fala em Serviço Social?
 - ➔ O que faz este profissional?
 - ➔ Qual o papel do Serviço Social no Educandário?
 - ➔ O que este profissional desenvolve na Instituição?
 - ➔ O que você espera deste profissional, hoje, como usuário dos serviços do Educandário?

Material: Será entregue ao entrevistado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, para que este leia e assine, mostrando que está ciente de todo o processo.